

OAS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
(Controladora e consolidado)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais
(controladora) e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019

OAS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
(Controladora e consolidado)

Demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanço patrimonial

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
OAS S.A. - Em Recuperação Judicial
São Paulo - SP

Abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da OAS S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da OAS S.A. - Em Recuperação Judicial, tendo em vista que, devido a relevância dos assuntos referidos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", não foi possível obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Limitação sobre os saldos individuais e consolidados de fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não apresentou a composição financeira conciliada da Rubrica "Fornecedores", bem como não apresentou a memória de cálculo de atualização do saldo de fornecedores que constam no plano de recuperação judicial. Desta forma, não pudemos nos assegurar sobre a razoabilidade dos saldos registrados na Rubrica "Fornecedores" no passivo circulante, individual e consolidado, nos montantes de 60.459 e 909.810, respectivamente, e no passivo não circulante, individual e consolidado, nos montantes de 17.510 e 127.562, respectivamente, bem como seus eventuais efeitos nos demais elementos componentes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo nessa data.

Limitação sobre os saldos individuais e consolidados de obrigações trabalhistas

A Companhia não apresentou composição conciliada para os saldos registrados na Rubrica "Salários, provisões e contribuições sociais", no passivo circulante, individual e consolidado, nos montantes de R\$ 1.618 e R\$ 102.694, decorrentes de obrigações trabalhistas. Conseqüentemente, não foi possível assegurarmos a razoabilidade dos Saldos "Salários, provisões e contribuições sociais" em 31 de dezembro de 2019, bem como seus eventuais efeitos nos demais elementos componentes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo nessa data.

Ausência de documentação comprobatória dos custos e despesas

A Companhia não apresentou documentação suporte apropriada e suficiente para os custos e despesas gerais e administrativas, nos montantes de R\$ 393.568 e R\$ 189.328, respectivamente, nas demonstrações contábeis consolidadas. Desta forma, não nos foi possível, nessas circunstâncias, avaliar a razoabilidade desses valores registrados no resultado do exercício consolidado findo em 31 de dezembro de 2019.

Ausência de recebimento de circularizações de instituições financeiras e agentes fiduciários

Não obtivemos a totalidade das respostas às cartas de confirmações (circularizações) enviadas às instituições financeiras e agentes fiduciários. Em que pese termos realizado testes alternativos de auditoria e examinado os saldos registrados, não pudemos nos satisfazer sobre a totalidade das operações junto a estas instituições financeiras e agentes fiduciários, tais como captações, garantias, debêntures, avais ou outras operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Ausência de recebimento de circularizações de advogados

Não obtivemos a totalidade das respostas às cartas de confirmações (circularizações) enviadas aos assessores jurídicos, relativas à atual situação das contingências de natureza trabalhista, tributária e cível da Companhia. A Administração nos apresentou representação formal dos seus advogados internos com a relação detalhada dos processos judiciais patrocinados pelos escritórios que não responderam às cartas de confirmações, com os seus respectivos valores e prognósticos. Todavia, não foi possível, nessas circunstâncias, realizarmos procedimentos alternativos de auditoria para avaliarmos a necessidade de constituição de provisões que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Redução ao valor recuperável dos estoques

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6 às demonstrações contábeis consolidadas, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui registrado na Rubrica "Estoques", no ativo circulante e não circulante, os montantes líquidos de R\$ 32.041 e R\$ 288.168, respectivamente, referentes substancialmente a estoques de terrenos e imóveis (unidades imobiliárias concluídas e em construção), reconhecidos na controlada indireta OAS Empreendimentos S.A. - Em Recuperação Judicial pelos valores dos custos incorridos. O CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, estabelece que o ativo deve estar registrado por valor que não exceda seu valor recuperável. Em que pese a Companhia manter registrada provisão para perda na realização de imóveis e terrenos, não nos foi apresentado estudo técnico sobre a recuperabilidade dos referidos ativos. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido a necessidade de efetuar ajustes em relação aos saldos registrados na rubrica "Estoques" em 31 de dezembro de 2019, bem como nos demais elementos componentes das demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício findo nessa data.

Ausência de exame de auditoria sobre as demonstrações contábeis de investidas indiretas

Não examinamos e não foram examinadas por outro auditor independente, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 das investidas indiretas Comandatuba Drilling B.V. e Itapema Drilling B.V., localizadas na Holanda. Consequentemente, não foi possível satisfazer-mos, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os saldos registrados nas demonstrações contábeis consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, relativos a estas investidas indiretas.

Ausência de avaliação de impairment sobre o ativo imobilizado

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2019, o balanço patrimonial registra na rubrica "Imobilizado" os montantes de R\$ 7.497 e R\$ 59.129, individual e consolidado, respectivamente. A Companhia não realizou os procedimentos pertinentes aos testes de recuperabilidade (impairment) dos saldos do ativo imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, conforme definido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos. Se a Companhia tivesse efetuado a análise de realização dos saldos do ativo imobilizado, certos elementos das demonstrações contábeis individuais e consolidadas poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados.

Ausência de avaliação do passivo atuarial

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia não apresentou a memória de cálculo com a atualização do passivo atuarial, relacionado ao plano de benefícios a empregados na data-base de 31 de dezembro de 2019, registrado pelos montantes de R\$ 1.045 e R\$ 16.777, individual e consolidado, respectivamente. Consequentemente, não foi possível opinar sobre a valorização do passivo atuarial, bem como determinar eventuais efeitos no resultado e patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Processos de investigações em andamento

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Grupo OAS, por meio da OAS S.A., assinou Acordo de Leniência com o poder público se comprometendo a pagar o montante de R\$ 1.929.258 (um bilhão, novecentos vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta e sete mil reais) como penalidades decorrentes do resultado de parte destas investigações. A Companhia registrou provisão para fazer frente a esses assuntos, apenas para os acordos já firmados. Considerando o teor das investigações e alegações iniciadas contra a Companhia e suas controladas, bem como o fato de ainda existirem investigações em andamento, outros fatos poderão surgir e poderão afetar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2019.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 32 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em decisão proferida no dia 03 de março de 2020, pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi decretado o fim do processo de Recuperação Judicial do Grupo OAS. Esse fato compreende um importante marco dentro de um conjunto de ações implementadas pelo Grupo Econômico no processo de reestruturação do seu ambiente de controle e de negócios. Todavia, a continuidade operacional da Companhia e de suas controladas, dependerão do sucesso na implementação do plano de retomada, contratação de novos negócios e eventual geração futura de caixa para liquidação de seus passivos e manutenção das operações, que representam eventos futuros que nesse momento não há como prever. A Companhia apresenta saldos de capital circulante líquido negativo no consolidado e passivo a descoberto de R\$ 2.938.399 e R\$ 5.710.886, respectivamente. Adicionalmente, algumas de suas investidas apresentam capital circulante líquido negativo, passivo a descoberto e prejuízo do exercício, assim como necessidade de aporte de capital. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

Ênfases

Contratos de Parceria Público-Privada (“Contrato de PPP”) das investidas indiretas Arena Fonte Nova e Arena das Dunas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 29 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em julho de 2016, o Estado do Rio Grande do Norte ajuizou ação visando a suspensão dos pagamentos da contraprestação financeira da controlada indireta Arenas das Dunas Concessão e Eventos S.A. (“Arena das Dunas”). Nesse contexto, o Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal determinou que depositasse em juízo os pagamentos que seriam realizados para a Arena das Dunas.

Em 16 de agosto de 2016, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte reformou a decisão anterior e determinou o pagamento do equivalente a 75% da contraprestação contratada, enquanto permanecerem as discussões no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (“TCE-RN”), por entender que o percentual anterior era incontroverso, fundamentando-se no relatório apontado pelo TCE-RN.

Adicionalmente, a Nota Explicativa nº 29 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, também menciona o envolvimento da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. (“Fonte Nova”), investimento controlado em conjunto, como polo passivo no processo movido pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (“TCE-BA”), alegando a existência de irregularidades envolvendo a licitação que originou o contrato de concessão firmado entre a Fonte Nova e o Governo do Estado da Bahia. Até a data deste relatório, as decisões emitidas pelo TCE-BA não contemplaram a execução de quaisquer medidas cautelares que poderiam reduzir o valor da contraprestação pública recebida do Poder Concedente ou impedir a continuidade do Contrato de PPP. Por essa razão, não foram constituídas provisões para passivos ou impairment de ativos que reflitam eventuais impactos.

Transferência de controle de investidas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10.2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 06 de julho de 2015, a investida indireta Seaworthy Investment GmbH (“Seaworthy”) celebrou contrato de compra e venda com a Sete Intenational One GmbH, alienando a totalidade das ações de emissão das Sociedades Cassino Driling B.V., Curumim Driling B.V. e Salinas Driling B.V. Até 31 de dezembro de 2019, a Sete Intenational One GmbH não havia liquidado suas obrigações financeiras decorrentes dos contratos de compra e venda e a administração da investida indireta Seaworthy realizou uma provisão para perda de todo o saldo a receber em aberto. Adicionalmente, em 30 de outubro de 2015, a Sete International Two GmbH se comprometeu a adquirir a totalidade das ações das Sociedades Comandatuba Driling B.V. e Itapema Driling B.V. detidas pela investida indireta Seaworthy, desde que obtidas determinadas anuências de terceiros. Até 31 de dezembro de 2019, a transferência de propriedade das Sociedades Comandatuba Driling B.V. e Itapema Driling B.V. para a Sete International Two GmbH não foi concluída e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas devem ser lidas nesse contexto.

Reconhecimento de receita de contrato de compra e venda de unidade imobiliária

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.3 (q.2) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as demonstrações contábeis da controlada indireta OAS Empreendimentos S.A. – Em Recuperação Judicial foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando a orientação contida no Ofício Circular/CVM/SNC nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) que trata do reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída. Os aspectos relacionados a transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento manifestado pela CVM no referido ofício.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram examinadas por nós que emitimos relatório em 09 de abril de 2020 com abstenção de opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em função dos seguintes assuntos: (i) limitação sobre os saldos de caixa e equivalentes de caixa e empréstimos e financiamentos; (ii) sobre a realização do contas a receber com clientes e partes relacionadas; (iii) ausência de exame de auditoria sobre as demonstrações contábeis de investidas; (iv) ausência de recebimento de respostas de circularização dos advogados; (v) ausência de avaliação do passivo atuarial; (vi) ausência de realização de inventário físico; (vii) ausência de avaliação de impairment do ativo imobilizado; (viii) ajustes de exercícios anteriores efetuados diretamente no resultado do exercício; (ix) ausência de documentação comprobatória de custos, despesas e resultado financeiro; (x) ausência de análise e documentação sobre o saldo de fornecedores; (xi) ausência de registros decorrentes de eventuais efeitos das investigações em andamento; e (xii) incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Salvador, 31 de agosto de 2020.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	457	550	67.528	75.071
Aplicações financeiras	13.1	-	-	265	288
Contas a receber	5	150	170	315.189	414.942
Partes relacionadas	7.1	4.671	4.398	4.671	4.398
Estoques	6	335	328	32.041	253.837
Dividendos a receber		3.105	3.329	3.105	3.105
Impostos a recuperar	8	16.195	43.483	32.931	64.151
Despesas antecipadas		286	18	5.944	5.544
Adiantamento a terceiros	13.5	6.063	3.815	34.576	28.324
Outros ativos		2.215	1.836	49.972	43.311
Total do ativo circulante		33.477	57.927	546.222	892.971
Ativos não circulantes mantidos para venda	9	-	-	58.837	1.369.398
		33.477	57.927	605.059	2.262.369
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	13.1	-	41.180	14.905	57.170
Contas a receber	5	88.743	86.909	323.637	347.603
Partes relacionadas	7.1	888.228	1.260.889	60.487	94.405
Estoques	6	-	-	288.168	120.689
Impostos a recuperar	8	-	-	1.434	2.785
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	3.590	1.362
Depósitos judiciais e empréstimos compulsórios	12.5	3.469	3.477	74.776	74.346
Despesas antecipadas		-	-	4.271	7.144
Outros ativos		1.201	1.201	56.703	105.284
Investimentos	10	6.392.140	378.095	187.223	194.885
Imobilizado	11	7.497	14.527	59.129	98.975
Intangível	12	-	1	8.993	10.631
Total do ativo não circulante		7.381.278	1.786.279	1.083.316	1.115.279
Total do ativo		7.414.755	1.844.206	1.688.375	3.377.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	14	60.459	80.201	909.810	844.497
Empréstimos e financiamentos	13.2	12.348	23.008	870.998	1.039.209
Debêntures	13.3	336.433	333.363	99.802	176.039
Senior e Perpetual Notes	13.4	-	-	-	7.070.368
Salários, provisões e contribuições sociais		1.618	4.569	102.694	113.635
Tributos e contribuições a recolher		40.562	40.418	513.345	466.971
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	128.099	113.439
Parcelamento de tributos federais	15	1.014	1.339	16.259	12.726
Partes relacionadas	7.1	245.096	229.042	138.595	148.326
Adiantamentos de terceiros		2	2	178.065	192.594
Receita diferida	16	-	-	267	2.126
Retenções contratuais		1.751	301	37.438	32.356
Obrigações por compra de imóveis e incorporações	18	-	-	210.632	187.368
Conta corrente de consórcios		2	2	139.182	109.958
Acordo global órgãos públicos	19	2.027	-	9.170	6.800
Outros passivos		320	572	130.265	136.359
Total do passivo circulante		701.632	712.817	3.484.621	10.652.771
Passivo não circulante					
Fornecedores	14	17.510	29.067	127.562	175.382
Empréstimos e financiamentos	13.2	200.987	278.754	355.690	333.413
Debêntures	13.3	1.001.161	1.230.291	446.768	662.520
Senior e Perpetual Notes	13.4	-	-	72.312	494.877
Tributos e contribuições a recolher		-	-	89.286	107.427
Parcelamento de tributos federais	17	4.873	4.873	47.749	54.246
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	848.676	288.399	907.001	341.670
Partes relacionadas	7.1	4.683.721	4.507.471	174.751	147.958
Adiantamentos de terceiros		3.634	3.620	22.951	22.994
Provisões para contingências	21	12.609	51.441	684.958	655.751
Provisão para perdas em investimentos	10	4.971.807	5.351.047	51.098	33.823
Receita diferida	16	93	93	371.821	388.139
Obrigações por compra de imóveis e incorporações	18	-	-	93	344
Acordo global órgãos públicos	19	383.833	-	437.972	50.433
Provisão de custos de projetos		1.931	1.930	55.980	64.742
Outros passivos		24.560	23.659	68.648	70.756
Total do passivo não circulante		12.155.395	11.770.645	3.914.640	3.604.475
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	20				
Capital social		500.000	500.000	500.000	500.000
Reservas de reavaliação		11.347	11.348	11.347	11.348
Outros resultados abrangentes		(2.054.365)	(2.053.346)	(2.054.365)	(2.053.346)
Prejuízos acumulados		(3.899.254)	(9.097.258)	(3.899.254)	(9.097.258)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto) dos controladores		(5.442.272)	(10.639.256)	(5.442.272)	(10.639.256)
Participação dos não controladores		-	-	(268.614)	(240.342)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(5.442.272)	(10.639.256)	(5.710.886)	(10.879.598)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		7.414.755	1.844.206	1.688.375	3.377.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos resultados
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita líquida	23	495	177	452.191	549.701
Custos na venda de imóveis e dos serviços prestados	24	-	-	(393.568)	(503.092)
Lucro bruto		495	177	58.623	46.609
Despesas gerais e administrativas	24	(6.678)	(29.222)	(189.328)	(413.121)
Outras receitas (despesas), líquidas	24 e 25	(1.836.899)	(27.755)	(1.479.183)	(353.678)
Receitas (despesas) operacionais		(1.843.577)	(56.977)	(1.668.511)	(766.799)
Prejuízo antes da equivalência, receitas (despesas) financeiras e impostos		(1.843.082)	(56.800)	(1.609.888)	(720.190)
Resultado de equivalência patrimonial	10	5.977.109	(142.523)	(6.934)	(1.780)
Provisão para perda em investimentos	10	193.852	(1.485.035)	(26.065)	7.577
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		4.327.879	(1.684.358)	(1.642.887)	(714.393)
Receitas financeiras		1.648.529	349.829	8.947.503	475.355
Despesas financeiras		(218.129)	(111.039)	(1.561.950)	(1.285.144)
Resultado financeiro	26	1.430.400	238.790	7.385.553	(809.789)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		5.758.279	(1.445.568)	5.742.666	(1.524.182)
Imposto de renda e contribuição social	17				
Correntes		-	-	(11.158)	(18.255)
Diferidos		(560.276)	(65.474)	(567.671)	(83.629)
Lucro (Prejuízo) do exercício		5.198.003	(1.511.042)	5.163.837	(1.626.066)
Lucro (Prejuízo) do exercício atribuível aos:					
Controladores				5.198.003	(1.511.042)
Não controladores				(34.166)	(115.024)
Total				5.163.837	(1.626.066)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos resultados abrangentes
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	5.198.003	(1.511.042)	5.163.837	(1.626.066)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em exercícios subsequentes:				
Ganhos (perdas) cambiais de conversão de operações financeiras no exterior	(167.197)	(607.757)	(167.197)	(607.757)
Ajustes de avaliação patrimonial nas investidas	166.178	(222.012)	162.745	(225.956)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>5.196.984</u>	<u>(2.340.811)</u>	<u>5.159.385</u>	<u>(2.459.779)</u>
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos:				
Controladores			5.196.984	(2.340.811)
Não controladores			<u>(37.599)</u>	<u>(118.968)</u>
			<u>5.159.385</u>	<u>(2.459.779)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Reservas de reavaliação</u>			Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total controladora	Participação de não controladores	Total consolidado
	Capital Social	Ativos próprios	Ativos de controladas					
Saldos em 31 de dezembro de 2017	500.000	5.554	8.400	(1.223.571)	(7.588.828)	(8.298.445)	(121.400)	(8.419.845)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.511.042)	(1.511.042)	(115.024)	(1.626.066)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(829.769)	-	(829.769)	(3.944)	(833.713)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(829.769)	(1.511.042)	(2.340.811)	(118.968)	(2.459.779)
Outras mutações patrimoniais:								
Realização de reservas de reavaliação e do custo atribuído, líquidos de impostos	-	(2.606)	-	(6)	2.612	-	-	-
Participações de não controladores no patrimônio líquido de controladas	-	-	-	-	-	-	26	26
Saldos em 31 de dezembro de 2018	500.000	2.948	8.400	(2.053.346)	(9.097.258)	(10.639.256)	(240.342)	(10.879.598)
Lucro do exercício	-	-	-	-	5.198.003	5.198.003	(34.166)	5.163.837
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(1.019)	-	(1.019)	(3.433)	(4.452)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(1.019)	5.198.003	5.196.984	(37.599)	5.159.385
Outras mutações patrimoniais:								
Realização do custo atribuído (deemed cost) líquido dos impostos	-	(1)	-	-	1	-	-	-
Participações de não controladores no patrimônio líquido de controladas	-	-	-	-	-	-	9.327	9.327
Saldos em 31 de dezembro de 2019	500.000	2.947	8.400	(2.054.365)	(3.899.254)	(5.442.272)	(268.614)	(5.710.886)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos fluxos de caixa Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		5.758.279	(1.445.568)	5.742.666	(1.524.182)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício antes dos impostos :					
Resultado de equivalência patrimonial	10	(5.977.109)	142.523	6.934	1.780
Depreciações e amortizações / impairment	24	5.525	11.200	26.504	44.418
Realização de lucro represado de investidas		-	-	-	-
Provisão para perda em investimentos		(193.852)	1.485.035	26.065	(7.577)
Ganho (perda) de participações societárias	25	(40.439)	-	(3.076)	-
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas		129.442	(11.766)	1.286.413	942.103
Resultado na venda de imobilizado	25	1.819	9.384	6.590	5.358
Realização de receita de permuta		-	-	(30)	(199)
Margem de construção		-	-	(15.185)	(10.697)
Provisão (reversão) da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	5 e 25	-	-	(36.253)	391.141
Baixa de contas a receber	25	-	-	646	58.925
Provisão para participação nos resultados	24	-	(5.528)	3.354	(6.594)
Atualização de ativo financeiro		-	-	(109.217)	(117.388)
Provisão para contingências		(38.831)	41.497	12.220	(106.762)
Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")	25	83	-	(24.637)	34.228
Custos incorridos antecipadamente		-	-	(1.012)	(1.045)
Provisão para perda de ativos	25	-	-	205	39.936
Acordo global órgãos públicos (Nota 19)	19	1.929.258	-	1.929.258	172.199
Ajuste a valor presente	26	(1.546.780)	(226.648)	(1.522.508)	(37.789)
Outros		-	-	(300.072)	(169.748)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(1.814)	(6.930)	226.817	178.490
Estoques		(7)	292	(5.263)	24.859
Impostos a recuperar		27.288	1.400	33.287	20.544
Despesas antecipadas		(268)	29	2.771	5.233
Outros ativos		(1.727)	2.816	(21.191)	74.654
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(34.310)	142	(41.333)	24.897
Salários, provisões e contribuições sociais		(2.951)	2.366	(14.996)	16.695
Tributos e contribuições a recolher		145	10.504	35.656	67.078
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(507)	(11.345)
Adiantamentos de terceiros		14	53	9.178	11.255
Receita diferida		-	-	6.530	(15.022)
Outros passivos		1.346	74	56.655	145.117
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(46.503)	10.471	118.388	246.045
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:					
Aplicações financeiras, líquidas		-	-	1.937	(354)
Aquisição de imobilizado		-	(654)	(5.336)	(4.653)
Aquisição de intangível		-	-	(1.070)	(14)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	9.298	755
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(15.707)	(654)	9.029	299
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos tomados de terceiros		-	-	132.306	14.982
Empréstimos tomados de partes relacionadas		117.890	25.520	18.272	13.547
Empréstimos pagos a terceiros		(11.175)	(12.142)	(152.005)	(212.681)
Empréstimos pagos a partes relacionadas		(42.417)	(20.994)	(13.589)	(30.521)
Juros pagos		(2.181)	(1.830)	(52.595)	(36.043)
Debêntures pagas		-	-	(30.125)	(12.137)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		62.117	(9.446)	(97.736)	(262.853)
Efeito líquido de incorporação e variação de participação		-	-	(21.393)	-
Efeito de variação cambial no caixa		-	-	(15.831)	7.990
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(93)	371	(7.543)	(8.519)
Caixa e equivalentes de caixa:					
No início do exercício	4	550	179	75.071	83.590
No final do exercício	4	457	550	67.528	75.071
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(93)	371	(7.543)	(8.519)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre o Grupo

A OAS S.A. - Em Recuperação Judicial (“OAS” ou “Companhia”), é uma Companhia domiciliada no Brasil, cuja sede está localizada na Avenida Júlia Gaioli, 1544, Água Chata, na cidade de Guarulhos - SP. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo OAS” ou “Grupo” e individualmente como “entidades do Grupo”), conforme descritas na Nota 1.3.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm por objetivo a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada, gerenciamento e execução de projetos e obras, compra e venda de imóveis e corretagem, investimento e/ou participação em outras sociedades, consórcios, condomínios e/ou fundos de investimentos e/ou imobiliários, bem como a realização de investimentos e/ou participações em projetos de infraestrutura, inclusive sob a forma de exploração, direta ou indireta por meio de controladas ou coligadas, de concessões, permissões ou autorizações de serviço público ou de uso de bem público.

1.1. Recuperação judicial

Em 31 de março de 2015, a Companhia, em vista da situação financeira desfavorável que se encontrava, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) a forte retração do setor de construção civil e da economia, (ii) restrição a linhas de crédito, e (iii) antecipação de vencimentos da maior parte de seu endividamento; ajuizou, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 1030812-77.2015.8.26.0100, em conjunto com suas controladas, Construtora OAS S.A. - Em Recuperação Judicial, OAS Empreendimentos S.A. - Em Recuperação Judicial, OAS Imóveis S.A. - Em Recuperação Judicial, OAS Infraestrutura S.A. - Em Recuperação Judicial, SPE Gestão e Exploração de Arenas Multiuso S.A. - Em Recuperação Judicial, OAS Investments GmbH, OAS Investments Limited, OAS Finance Ltd. e OAS Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial (em conjunto doravante denominadas “Companhias em recuperação”), nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 (“Lei de Recuperação Judicial” ou “LFR”).

A Companhia e suas controladas em recuperação avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 1º de abril de 2015, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo (“1ª Vara de Recuperação”) deferiu o processamento da recuperação judicial da Companhia, em conjunto com as controladas em recuperação, tendo sido nomeado como administrador judicial (art. 52, I, e art. 64 da Lei de Recuperação Judicial) Alvarez & Marsal Consultoria Empresarial do Brasil.

Condições gerais do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”)

Em cumprimento ao disposto no art. 53 da Lei de Recuperação Judicial, a Companhia em conjunto com as companhias em recuperação judicial, em 19 de junho de 2015, apresentou o Plano junto à 1ª Vara de Recuperação com a proposta dos meios de recuperação a serem empregados; e juntamente com laudos de avaliação econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos. Nos termos do art. 56 da Lei de Recuperação Judicial foi convocada Assembleia Geral de Credores (“AGC”) para o dia 22 de setembro de 2015, em primeira convocação, e para o dia 29 de setembro de 2015, em segunda convocação. Devido a sucessivos pedidos de suspensão da AGC, foram feitas novas convocações, sendo a última marcada para o dia 17 de dezembro de 2015, na qual o Plano foi aprovado pela maioria dos credores e homologado pelo juiz da 1ª Vara de Recuperação Judicial em 27 de janeiro de 2016.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O Plano aprovado promove modificações em relação ao originalmente apresentado em juízo no dia 19 de junho de 2015, derivadas do processo de negociação com os credores e apresenta as seguintes principais características:

- (i) Processamento da Recuperação Judicial (“RJ”) como litisconsórcio ativo e apresentação de um plano único para votação, com tratamento individual por Companhia em recuperação;
- (ii) A ineficácia da incorporação da OAS Investimentos pela OAS, deliberada por seus acionistas em 26 de dezembro de 2014 e suspensa por força de decisão judicial; e
- (iii) Tratamento específico para cada categoria de credores baseado em critérios objetivos e coerentes com o sistema da RJ.

Apesar de unitário, o Plano dispensa um tratamento específico a cada categoria de credores, baseado nos seguintes critérios:

- (i) Natureza dos créditos e homogeneidade de interesses dos credores (financeiros);
- (ii) Direitos obtidos pelo credor quando da contratação do respectivo crédito junto ao Grupo OAS (garantias, sociedades devedoras, etc.);
- (iii) Patrimônios das sociedades; e
- (iv) Moeda e condições de pagamento originalmente contratadas.

Para que as Companhias em recuperação possam recompor o capital de giro necessário para a continuidade de suas atividades e preservação dos seus ativos, bem como para o desenvolvimento dos seus planos de negócios, é indispensável que essas possam, no âmbito da recuperação judicial, adotar os seguintes meios de recuperação, previstos no Plano:

- a) Reorganização societária de forma a obter a estrutura societária mais adequada ao desenvolvimento de suas atividades após o redimensionamento previsto no plano de negócios resultante do Plano.
- b) Alienação de bens do ativo não circulante, com exceção daqueles que integram o novo plano de negócios.

A proposta de pagamento aos credores inseridas no Plano contempla, dentre outras condições, a alienação e/ou oneração de bens, notadamente participações societárias em empresas do segmento de Investimentos em Infraestrutura, e a venda de outros ativos não essenciais à manutenção das operações.

Dentre os ativos destinados a venda, destaca-se a participação societária de 24,44% no capital social na Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar (“Invepar”). Na data de apresentação do Plano, a Brookfield Infrastructure Group Inc. (“Brookfield”) apresentou proposta vinculante, através de Contrato de Compra e Venda, pelo preço de aquisição de R\$ 1.350.000 (“preço mínimo Invepar”), proposta essa que foi posteriormente retirada pela Brookfield.

Em 14 de março de 2016, nos termos previstos na Lei de Recuperação, foi realizado leilão para venda da participação societária na Invepar, o qual foi concluído sem a apresentação de qualquer proposta por interessados. Desta forma, observa-se o disposto no Plano, segundo o qual não havendo proposta voluntária de interessados, considera-se como tendo sido apresentada a proposta automática da SPE Credores pelo preço mínimo Invepar.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- c) Captação de novos recursos com vistas a, dentre outras finalidades, estabilização do capital de giro necessário à preservação e financiamento de suas atividades.

Considerando o volume de operações do Grupo OAS, a obtenção de novos recursos é medida indispensável para o sucesso da Recuperação Judicial. Sem prejuízo de outras operações que venham a ser celebradas, serão captados novos recursos, cuja finalidade é viabilizar a estabilização do caixa, realizar investimentos na operação corrente, pagar despesas não recorrentes associadas ao processo de reestruturação, proteger ativos essenciais e permitir a adoção de medidas visando à reestruturação das Companhias em recuperação e de suas operações.

- d) Reestruturação da dívida na forma detalhada no Plano, e resumidamente descrita a seguir, bem como a busca de renegociação de seu endividamento junto aos credores extraconcursais, mediante acordos específicos.

Condições de pagamento aos credores

Todos os créditos que sejam decorrentes de obrigações oriundas de relações jurídicas firmadas anteriormente à data do pedido de Recuperação Judicial (credores ilíquidos), também são novados pelo Plano, estando integralmente sujeitos aos efeitos da RJ.

Os créditos extraconcursais não estão sujeitos ao Plano, de forma que a aprovação deste pela AGC não implica na reestruturação de tais créditos.

Por sua vez, com a aprovação do Plano, os créditos concursais ficam integralmente novados, observadas a homologação judicial do Plano, as condições resolutivas e demais condições previstas no Plano.

Sendo assim, foram estabelecidas no Plano as seguintes condições de pagamento aos credores:

- a) Créditos trabalhistas

As Companhias em recuperação judicial não possuem obrigações de natureza trabalhistas sujeitas à Recuperação Judicial.

- b) Créditos com garantia real

- b.1) Crédito FI-FGTS – Debêntures 4ª Emissão

Será quitado com os recursos provenientes da alienação da participação na Invepar, sejam estes oriundos das ações Invepar para uma SPE (“SPE Credores”) criada pelo FI-FGTS e Credores Financeiros Grupo 2 (vide item b.4 abaixo). A quitação do crédito FI-FGTS - Debêntures 4ª Emissão ocorrerá simultaneamente à liberação da garantia real que recai sobre as ações de emissão da Invepar empenhadas em seu favor.

- b.2) Crédito FI-FGTS – Acordo OAS Óleo e Gás S.A. (“Acordo O&G”)

Será objeto de acordo bilateral entre as partes, o qual deverá pressupor a alienação da participação de 61% no capital social da OAS Óleo e Gás. Para tanto, o FI-FGTS deverá anuir com as condições da alienação da referida participação, sendo que a OAS Investimentos deverá ser liberada de toda e qualquer obrigação relacionada ao Acordo de Acionistas e ao Acordo de Investimentos celebrado em 14 de dezembro de 2013, incluindo o Crédito FI-FGTS – Acordo O&G.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b.3) Credores Financeiros – Grupo 1

São os titulares de créditos decorrentes de operações realizadas no âmbito do Sistema Financeiro Nacional e/ou com instituições financeiras localizadas no exterior, detidos contra a OAS e/ou a Construtora OAS (“COAS”), por obrigação principal ou garantia fidejussória, os quais serão quitados mediante:

- (i) Pagamento de até R\$ 9.889,00 (nove mil, oitocentos e oitenta e nove reais) para cada credor, sempre limitado ao valor do crédito;
- (ii) Notas prioritárias OAS em Reais, no valor de R\$ 69.961 atualizado monetariamente pela variação da Taxa de Conversão R\$ para USD, acrescido de Juros de 13% ao ano, na forma prevista no Plano, e com prazo de vencimento de 10 anos;
- (iii) Notas de refinanciamento OAS e/ou COAS, no valor de R\$ 1.198.461, atualizado monetariamente pela TR, acrescido de Juros de 1% ao ano;
- (iv) Bônus de subscrição, conferindo direito de subscrever *pro rata* ações correspondentes a 40% do capital da OAS S.A. na hipótese de qualquer evento de liquidez; e
- (v) Excesso de caixa, que, juntamente com os itens (ii), (iii), e (iv), será pago proporcionalmente ao valor do respectivo crédito.

b.4) Credores Financeiros – Grupo 2

São os titulares de créditos denominados em moeda estrangeira, decorrentes de operações financeiras (incluindo as emissões dos Bonds), podendo ser detidos ou não contra uma ou mais entidades estrangeiras, os quais serão quitados mediante o recebimento do seguinte pacote, por todos os Credores Financeiros – Grupo 2, independentemente do exercício de suas opções, de:

- (i) Notas de refinanciamento OAS e/ou COAS, no valor de R\$ 725.000, atualizadas monetariamente pela TR, acrescidas de Juros de 5% ao ano, com prazo de pagamento de 19 anos;
- (ii) Bônus de subscrição, proporcionalmente aos valores dos respectivos créditos em relação à soma dos Créditos Financeiros – Grupo 1 e dos Créditos Financeiros - Grupo 2, conferindo direito de subscrever *pro rata* ações correspondentes a 40% do capital da OAS S.A. na hipótese de qualquer Evento de Liquidez; e
- (iii) Excesso de caixa, que, juntamente com os itens (i) e (ii) será pago proporcionalmente ao valor do respectivo crédito.

Adicionalmente aos instrumentos de pagamento acima, os Credores Financeiros – Grupo 2 receberão também os seguintes instrumentos de pagamento, conforme a Opção em Dinheiro ou a Opção em Notas eventualmente exercida:

- (iv) Recursos Invepar, sejam estes oriundos: (a) da venda para a Brookfield; (b) da venda para qualquer terceiro vencedor do leilão judicial; (c) no caso do exercício do direito de preferência pelos demais acionistas da Invepar; ou (d) na hipótese de transferência das Ações Invepar para SPE Credores, mediante o recebimento de Ações Classe B dessa SPE, as quais farão jus ao recebimento de 24,44% dos Recursos de eventual futura venda das Ações Invepar, líquidos de custos e despesas na SPE; e (e) Recursos Ativos OASI. Na data de encerramento destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as alternativas “a”, “b” e “c” não são mais exequíveis (Nota 9);
- (v) Notas Prioritárias OAS em USD, emitidas em USD no valor correspondente a R\$ 336.411, acrescido de Juros de 13% ao ano, com prazo de vencimento de 10 anos.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b.5) Credores Financeiros – Grupo 3

São os titulares de créditos decorrentes de operações realizadas no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, denominados em Reais, detidos contra a OAS Empreendimentos S.A., os quais, após aplicação de *haircut* explícito de 54,6% (cinquenta e quatro vírgula seis por cento), serão quitados mediante:

- (i) Pagamento de até R\$ 9.889,00 (nove mil, oitocentos e oitenta e nove reais) para cada Credor, sempre limitado ao valor do Crédito;
- (ii) Distribuições *pro rata* de R\$ 10.000 em 31 de dezembro de 2016, 2017, 2018 e 2019, acrescidas de Juros de 0,25% ao ano;
- (iii) Distribuição *pro rata* de R\$ 44.000 em 31 de dezembro de 2020, acrescida de Juros de 0,25% ao ano; e
- (iv) Quitação do saldo remanescente no 25º Aniversário, acrescido da TR acumulada observada no período, podendo haver um pagamento extraordinário em caso de recebimento de aporte no FIP OAS Empreendimentos por parte da cotista FUNCEF, sempre limitado a 50% deste.

b.6) Créditos Financeiros SPE Gestão e OASI

Os Créditos Financeiros SPE Gestão e OASI serão quitados mediante assunção da dívida da SPE Gestão pela OAS Arenas (ou sua sucessora) nas seguintes condições:

- (i) Atualização das parcelas por IPCA + 10,3% ao ano pagos em uma única parcela no vencimento; e
- (ii) Amortização com eventuais dividendos recebidos pela OAS Arenas.

b.7) Créditos dos Fornecedores da OAS, COAS e/ou Entidades Estrangeiras

Estes créditos, convertidos para moeda nacional de acordo com a taxa de conversão aplicável, serão quitados mediante:

- (i) Pagamento de até R\$ 9.889,00 (nove mil, oitocentos e oitenta e nove reais), para cada Credor, sempre limitado ao valor do Crédito;
- (ii) 60% do eventual saldo remanescente dividido em até 12 parcelas semestrais, atualizado pela TR e acrescido de Juros de 0,10% ao ano, a serem pagos na forma detalhada no Plano; e
- (iii) 40% do eventual saldo remanescente dividido em 2 parcelas semestrais, atualizado pela TR e acrescido de Juros de 0,10% ao ano.

b.8) Créditos dos Fornecedores da OAS Empreendimentos (“OASE”) e da OAS Imóveis

Estes Créditos serão quitados mediante:

- (i) Pagamento de até R\$ 9.889,00 (nove mil, oitocentos e oitenta e nove reais), para cada Credor, sempre limitado ao valor do Crédito; e
- (ii) Eventual saldo remanescente receberá pagamento *pro rata* de R\$ 4.519, dividido em 04 parcelas mensais fixas, a forma do Plano.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b.9) Créditos ME/EPP da OAS e COAS

São os créditos concursais detidos por microempresas ou empresas de pequeno porte, tal como previstos nos artigos 41, IV, e 83, IV, "d", da LFR, os quais serão quitados mediante:

- (i) Pagamento de até R\$ 9.889,00 (nove mil, oitocentos e oitenta e nove reais), para cada Credor, sempre limitado ao valor do Crédito;
- (ii) 60% do eventual saldo remanescente dividido em até 10 parcelas semestrais, atualizado pela TR e acrescido de Juros de 0,10% ao ano, a serem pagos na forma do Plano; e
- (iii) 40% do eventual saldo remanescente dividido em 2 parcelas semestrais, atualizado pela TR e acrescido de Juros de 0,10% ao ano.

b.10) Créditos ME/EPP da OASE e OAS Imóveis

Estes Créditos serão quitados mediante:

- (i) Pagamento de até R\$ 9.889,00 (nove mil, oitocentos e oitenta e nove reais), para cada Credor, sempre limitado ao valor do crédito; e
- (ii) Eventual saldo remanescente receberá pagamento *pro rata* de R\$ 464, dividido em 04 parcelas mensais fixas, na forma do Plano.

b.11) Créditos com Partes Relacionadas sujeitos à Recuperação Judicial

Salvo disposição expressa em sentido contrário, todos os créditos com partes relacionadas cujo fato gerador seja anterior à data do pedido ficam subordinados ao pagamento integral dos créditos concursais tal como reestruturados pelo Plano, de modo que somente serão pagos após o primeiro mês subsequente à quitação dos créditos concursais.

Créditos do Grupo OAS sujeitos ao Plano

Abaixo estão relacionados os créditos da Companhia e suas controladas sujeitos à recuperação judicial em 31 de dezembro de 2019, novados pelo Plano, nos termos da Lei nº 11.101/05:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Créditos financeiros do Grupo 1 (Nota 13.2 e 13.3)	1.556.369	1.529.729	1.556.369	1.529.729
Créditos financeiros do Grupo 2 (Nota 13.2 e 13.4)	-	59.693	72.312	129.210
Créditos financeiros do Grupo 3 (Nota 13.2)	-	-	72.429	81.519
Créditos financeiros SPE Gestão e OASI (Nota 13.3)	-	-	140.307	126.764
Créditos dos fornecedores da OAS/COAS (Nota 14)	31.191	36.314	168.130	211.816
Créditos dos fornecedores da OASE e OAS Imóveis (Nota 14)	-	-	5.476	5.476
Créditos ME/EPP da OAS e COAS (Nota 14)	11.405	12.605	47.800	57.956
Créditos ME/EPP da OASE e OAS Imóveis (Nota 14)	-	-	251	251
Créditos com partes relacionadas	4.387.833	4.387.833	4.861.547	4.861.547
Total de créditos da Companhia e controladas sujeitos ao Plano	<u>5.986.798</u>	<u>6.026.174</u>	<u>6.924.621</u>	<u>7.004.268</u>

Determinados efeitos do Plano

a) Vinculação do Plano

As disposições do Plano vinculam as Companhias em recuperação, seus acionistas e credores, incluindo os respectivos cessionários e sucessores, nos termos do art. 59 da Lei de Recuperação Judicial.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A aprovação do Plano acarretou a novação dos créditos, que serão liquidados na forma estabelecida nele, respeitadas as condições legais existentes nas jurisdições em que as dívidas foram originalmente emitidas. Mediante referida novação, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, bem como outras obrigações e garantias que são incompatíveis com as condições do Plano deixaram de ser aplicáveis, sendo substituídas pelas previsões contidas nele.

b) Extinção de ações contra as Companhias em recuperação

Exceto se previsto de forma diversa no Plano, os credores da RJ não mais poderão, a partir da aprovação do Plano: (i) ajuizar ou prosseguir com ações judiciais ou processo de qualquer tipo; (ii) executar qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral; (iii) penhorar quais bens para satisfazer seus créditos; (iv) criar, aperfeiçoar ou executar qualquer garantia real sobre bens e direitos para assegurar o pagamento dos seus créditos; (v) reclamar qualquer direito de compensação contra qualquer crédito devido às Companhias em recuperação. Todas as ações e execuções judiciais em curso contra as Companhias em recuperação serão extintas, e as penhoras e constrições existentes serão liberadas.

Condições resolutivas do Plano

O Plano prevê determinadas condições que, em sua ocorrência, podem acarretar o cancelamento automático do mesmo, com a consequente manutenção e/ou reconstituição dos direitos e garantias dos credores nas condições originariamente contratadas, tais como: (i) a ausência de constituição de garantias sobre os ativos a serem alienados; (ii) ausência de celebração de todos os instrumentos necessários para a formalização da assunção e reestruturação de obrigações; (iii) a constatação de qualquer falsidade ou incorreção quanto a qualquer declaração ou garantia prestada pelas Recuperandas e/ou qualquer dos seus Acionistas, direto ou indireto; (iv) o descumprimento, pelas Recuperandas e/ou qualquer dos Acionistas, de qualquer obrigação assumida no Plano ou prática de qualquer ato ou medida incompatível com as disposições do Plano; (v) o descumprimento de qualquer obrigação prevista no Plano devida até o encerramento da Recuperação Judicial; (vi) a declaração, pelo Juízo da Recuperação Judicial, de que qualquer cláusula, termo ou condição do Plano é inválida, nula ou ineficaz (dispositivo anulado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo); dentre outras. Vale ressaltar que as Recuperandas vêm cumprindo regularmente com todas as cláusulas do Plano, não havendo que se falar em resolução do mesmo.

Expectativas da Administração

Para fins de atender o disposto no Inciso II do Art. 53 da Lei de Recuperação Judicial, a Administração das Companhias em recuperação, em conjunto com seus assessores financeiros, elaborou estudo técnico econômico, tendo como foco a viabilidade econômica do plano de recuperação. Após a análise da reestruturação dos passivos e ativos, das condições de liquidez de médio e longo prazos, e considerando suas origens de recursos, despesas e estruturas de ativos e passivos, acredita-se que o desempenho operacional das Companhias em recuperação e consequente geração de caixa suportam a viabilidade econômico-financeira das mesmas. O referido estudo foi apresentado em juízo juntamente com o Plano, tendo sido aprovado pela maioria dos credores.

Construtora OAS - Sucursal Uruguai

A Construtora OAS - Sucursal Uruguai entrou com pedido de recuperação judicial no Uruguai dia 6 de abril de 2015 e foi deferido pelo juiz daquele país no dia 8 de abril, data na qual também foi nomeado o interventor. Em 30 de junho de 2016, a constitucionalidade da recuperação judicial voluntária foi julgada procedente pela Corte Suprema Uruguiaia. A Companhia e seus assessores legais estimam que a Assembleia de Credores deverá ocorrer até o fim do ano de 2020.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Processos auxiliares no exterior

Em 15 de abril de 2015, a Companhia e as controladas Construtora OAS S.A. - Em Recuperação Judicial, OAS Finance Limited e a OAS Investments GmbH, ajuizaram processo de reconhecimento de procedimento estrangeiro nos termos do capítulo 15 do *Bankruptcy Code* dos Estados Unidos da América ("Capítulo 15"), com o objetivo de obter o reconhecimento, em território norte americano, da Recuperação Judicial das Companhias no Brasil, garantindo, assim, a proteção legal necessária para reestruturação e renegociação de suas dívidas, assim, em 03 de agosto de 2015, o juízo do Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito de Nova Iorque reconheceu que o Brasil é o centro de decisão dessas empresas, razão pela qual o procedimento de recuperação judicial iniciado no Brasil deve ser reconhecido e respeitado.

1.2. Situação financeira atual

Capital circulante negativo e passivo a descoberto

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui capital circulante negativo na controladora e no consolidado, nos montantes de R\$ 668.155 e R\$ 2.938.399, respectivamente e passivo a descoberto no montante de R\$ 5.442.272. A Administração avalia que a sua atual condição financeira desfavorável deve-se, principalmente: à forte retração do setor e da economia em geral; do ambiente negocial restritivo que fez a Companhia revisar para baixo suas expectativas de recebimento de créditos; e sobretudo, à retração de crédito em função de notícias sobre as investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, conforme detalhado na Nota 19.

Rebaixamento de *ratings* e inadimplemento de dívidas

Com o objetivo de preservar sua liquidez, nos dias 02 e 05 de janeiro de 2015 a Companhia anunciou ao mercado que não pagaria os juros e principal relacionados às suas dívidas. Com isso, as agências de *rating* rebaixaram as notas de crédito atreladas aos títulos de dívida da Companhia.

Os rebaixamentos ocorreram na seguinte sequência cronológica:

- 2 de janeiro de 2015: Rebaixamento da agência Fitch Ratings de BBB-/B+ (local/global) para C;
- 5 de janeiro de 2015: (i) novo rebaixamento da agência Fitch Ratings de C para RD; e (ii) rebaixamento da agência Standard & Poor's de BBB-/B+ (local/global) para CC; e
- 7 de janeiro de 2015: (i) novo rebaixamento da Standard & Poor's de CC para D; e (ii) rebaixamento da agência Moody's de B2 (global) para C.

Tais níveis de *rating* já são considerados em *default* técnico, o que leva em conta o fato de que a Companhia não estava fazendo o pagamento de suas dívidas financeiras e buscando uma reestruturação.

Em virtude do referido inadimplemento e conseqüente *default*, ocorreu o vencimento antecipado de uma série de operações financeiras que continham previsão de *cross-default*. Diante de tais fatos a Companhia e algumas controladas procederam à reclassificação dos saldos de algumas de suas dívidas para o passivo circulante em 2014.

Com a aprovação do Plano e conseqüente novação dos créditos concursais, em 31 de dezembro de 2019, os saldos das dívidas foram apresentados de acordo com as suas novas condições de pagamento (Nota 1.1).

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1.3. Entidades do Grupo

a) Empresas controladas

A lista a seguir apresenta as participações nas empresas controladas consideradas nas informações consolidadas:

Empresas	Participação no capital social			
	2019		2018	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Construção:				
Coesa Engenharia Ltda. ("Coesa")	-	100,00%	-	100,00%
Concessionária Vial Vale Central	-	100,00%	-	100,00%
Construtora OAS Angola Ltda. ("Angola")	99,90%	0,10%	99,90%	0,10%
Construtora OAS GE S.A. ("Construtora OAS - GE")	-	60,00%	-	60,00%
Construtora OAS Ghana Ltd ("Construtora OAS - Ghana")	-	70,00%	-	70,00%
Construtora OAS Guinee S.A. ("Construtora OAS - Guiné")	-	100,00%	-	100,00%
Construtora OAS Moçambique Ltda. ("Construtora OAS - Moçambique")	-	100,00%	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Em Recuperação Judicial ("Construtora OAS")	99,99%	-	99,99%	-
Construtora OAS S.A. - Sucursal Angola ("Construtora OAS - Angola")	-	100,00%	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Argentina ("Construtora OAS - Argentina")	-	100,00%	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Bolívia ("Construtora OAS - Bolívia")	-	100,00%	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Chile ("Construtora OAS - Chile")	-	100,00%	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Colômbia ("Construtora OAS - Colômbia")	-	100,00%	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Costa Rica ("Construtora OAS - Costa Rica")	-	100,00%	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Equador ("Construtora OAS - Equador")	-	100,00%	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Guatemala ("Construtora OAS - Guatemala")	-	100,00%	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Haiti ("Construtora OAS - Haiti")	-	100,00%	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Honduras ("Construtora OAS - Honduras")	-	100,00%	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Panamá ("Construtora OAS - Panamá")	-	100,00%	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Peru ("Construtora OAS - Peru")	-	100,00%	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal República Dominicana ("Construtora OAS - RD")	-	100,00%	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Trinidad & Tobago ("Construtora OAS - T&T")	-	100,00%	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Uruguai ("Construtora OAS - Uruguai")	-	100,00%	-	100,00%
Construtora OAS S.A. - Sucursal Venezuela ("Construtora OAS - Venezuela")	-	100,00%	-	100,00%
Construtora OAS South Africa Ltd. ("Construtora OAS - South Africa")	-	100,00%	-	100,00%
Construtora OAS LLC - Qatar ("Construtora OAS Qatar")	-	49,00%	-	49,00%
Edificações Itaigara S.A. ("Edificações Itaigara")	-	50,10%	-	50,10%
OAS Engenharia e Construção S.A. ("OAS E&C")	100,00%	-	100,00%	-
OAS Nacala Ltda. ("OAS Nacala")	-	100,00%	-	100,00%
Rodoanel Sul 5 Engenharia Ltda. ("Rodoanel")	-	42,86%	-	42,86%
Defesa e Tecnologia:				
OAS Defesa S.A. ("OAS Defesa")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Incorporação imobiliária:				
Fundo de Investimento em Participações OAS Empreendimentos ("FIP OASE")	-	78,95%	-	78,95%
OAS Empreendimentos S.A. - Em Recuperação Judicial ("OAS Empreendimentos" ou "OASE")	-	78,95%	-	78,95%
Logística:				
OAS Logística e Comércio Exterior S.A.	-	100,00%	-	100,00%
Infraestrutura:				
Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A. ("Arena das Dunas")	-	100,00%	-	100,00%
Arena Porto - Alegrense S.A. ("Arena Porto Alegrense") *	-	100,00%	-	100,00%
BR Terminais e Logística S.A. ("BR Terminais")	100,00%	-	100,00%	-
Empresa Peruana de Águas - EPASA ("EPASA")	75,00%	25,00%	75,00%	25,00%
EPP - Energia Elétrica, Promoções e Participações Ltda. ("EPP Energia")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
OAS Arenas S.A. ("OAS Arenas")	-	100,00%	-	100,00%
OAS Engenharia S.A. ("OAS Engenharia")	100,00%	-	100,00%	-
OAS Infraestrutura S.A. - Em Recuperação Judicial ("OAS Infraestrutura")	-	100,00%	-	100,00%
OAS Soluções Ambientais S.A. ("OAS Soluções Ambientais") *	-	100,00%	-	100,00%
Samar Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. ("Samar") *	-	100,00%	-	100,00%
Sanear - Saneamento de Araçatuba S.A. ("Sanear") *	-	100,00%	-	100,00%
SPE Gestão de Arenas S.A. - Em Recuperação Judicial ("SPE Gestão")	-	100,00%	-	100,00%
Soluções Ambientais de Guarulhos S.A. ("Sagua")	-	100,00%	-	100,00%
Outras investidas:				
OAS African Investments Limited ("OAS African")	-	100,00%	-	100,00%
OAS Central American Investing ("OAS Central American")	-	100,00%	-	100,00%
Gandines S.A. ("Gandines")	-	100,00%	-	100,00%
OAS Energia e Mineração S.A. ("OAS Energia")	100,00%	-	100,00%	-
OAS Energy GmbH ("OAS Energy")	-	100,00%	-	100,00%
OAS Finance Ltd. ("OAS Finance")	-	100,00%	-	100,00%
OAS Internacional S.A. ("OAS Internacional")	100,00%	-	100,00%	-
OAS International Engineering GmbH ("OAS Engineering")	-	100,00%	-	100,00%
OAS Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial ("OAS Investimentos")	100,00%	-	100,00%	-
OAS Investments GmbH ("OAS Investments GmbH")	100,00%	-	100,00%	-
OAS Investments Limited ("OAS Investments Limited")	100,00%	-	100,00%	-
OAS Petróleo e Gás S.A.	100,00%	-	100,00%	-
OAS Restructuring (Cayman) Ltd	100,00%	-	-	-
OGL Assets Ltd. ("OGL Assets")	-	100,00%	-	100,00%

*Empresas classificadas como "Ativos não circulantes mantidos para venda" (Nota 9).

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Empresas controladas em conjunto e coligadas

As participações nas investidas listadas abaixo foram contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

	Participação no capital social			
	2019		2018	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Construção:				
Ecovap - Engenharia e Construções Vale do Paraíba Ltda. ("Ecovap")	-	22,00%	-	22,00%
Consórcio Puente Chacao S.A.	-	-	-	49,00%
Hidroeléctrica Chihuidos	-	1,00%	-	1,00%
OAS Emirates LLC ("OAS Emirates")	-	48,00%	-	48,00%
SPE Ponte Estaiada OAS Marquise Ltda. ("Ponte Estaiada")	-	50,00%	-	50,00%
Infraestrutura:				
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.	-	-	-	22,00%
Atlas Serviços de Perfuração Ltda. ("Atlas")	-	12,20%	-	12,20%
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("Metrô Rio")	-	-	-	24,44%
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART S.A. ("CART")	-	-	-	24,44%
Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN")	-	-	-	12,22%
Concessionária BR-040 S.A. ("BR-040")	-	-	-	24,44%
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("GRU")	-	-	-	11,22%
Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN")	-	-	-	22,36%
Concessionária Porto Novo S.A. ("Porto Novo")	-	37,50%	-	37,50%
Concessionária Rio Teresópolis S.A. ("CRT")	-	-	-	6,09%
Concessionária Rota Atlântico S.A. ("CRA")	-	-	-	12,22%
Concessionária Viário S.A. ("Via Rio")	-	-	-	8,15%
Concessionário do VLT Carioca S.A. ("VLT Carioca")	-	-	-	6,08%
Consórcio Hospital de Rancagua S.A. ("Hospital Rancagua")	-	33,33%	-	33,33%
Comandatuba Drilling B.V. *	-	13,57%	-	13,57%
EOP Overseas Ltd.	-	17,50%	-	17,50%
Empresa de Generación Eléctrica Egasur Amazonas Sur S.A.C ("Egasur")	-	51,00%	-	51,00%
Enseada Indústria Naval Participações S.A. ("Enseada Participações")	-	3,55%	-	5,25%
Enseada Indústria Naval S.A.	-	2,49%	-	3,68%
Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Fonte Nova")	-	50,00%	-	50,00%
Inambari Geração de Energia S.A.	-	51,00%	-	51,00%
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar ("Invepar") *	-	-	-	24,44%
Itapema Drilling B.V. *	-	13,57%	-	13,57%
Línea Amarilla Brasil Participações S.A. ("LAMBRA")	-	-	-	24,44%
Línea Amarilla S.A.C. ("LAMSA")	-	-	-	24,44%
Linha Amarela S.A. ("LAMSA")	-	-	-	24,44%
Metro Barra S.A.	-	-	-	24,44%
OAS Óleo e Gás S.A. ("Óleo e Gás") *	-	61,00%	-	61,00%
Oil & Gas GmbH ("Oil & Gas")	-	61,00%	-	61,00%
Pex S.A.	-	-	-	24,44%
Seaworthy Investments GmbH ("Seaworthy")	-	54,29%	-	54,29%
Incorporação imobiliária:				
Solace Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Solace")	37,50%	-	37,50%	-
Karagounis Participações S.A. ("Karagounis")	-	20,00%	-	20,00%

*Empresas classificadas como "Ativos não circulantes mantidos para venda" (Nota 9).

As demonstrações contábeis consolidadas que compreendem a Companhia e suas controladas, foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios: (i) eliminação dos saldos entre as sociedades objeto da consolidação; (ii) eliminação dos investimentos entre as sociedades consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; (iii) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas; e (iv) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as sociedades consolidadas.

1.4. Outras informações sobre o Grupo

As reestruturações societárias abaixo descritas estão em linha com os interesses comuns do Grupo OAS, e objetivam a redução e simplificação de estruturas societárias e patrimoniais de companhias pertencentes ao mesmo grupo econômico, visando facilitar a captação de recursos junto ao mercado, permitindo um melhor aproveitamento dos recursos das sociedades envolvidas, por meio da racionalização e sinergia de recursos operacionais e administrativos. Pretende ainda contribuir para o desenvolvimento da atividade empresarial, tornando o Grupo OAS mais competitivo nas participações de licitações e contratos em geral.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração e políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1. Declaração de conformidade

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pelos administradores em 31 de agosto de 2020.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram elaboradas no pressuposto de continuidade dos negócios e compreendem:

- As demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).
- As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC, e com a normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

Abaixo, um resumo das demonstrações contábeis da controlada indireta OAS Empreendimentos que atua no segmento de incorporação imobiliária, que foram consolidadas às demonstrações contábeis da Companhia:

<u>Balanco patrimonial</u>	Consolidado	
	2019	2018
Ativo		
Circulante	48.695	281.297
Não circulante	417.829	289.113
Total do ativo	<u>466.524</u>	<u>570.410</u>
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	637.269	652.080
Não circulante	569.365	554.096
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(740.110)	(635.766)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	<u>466.524</u>	<u>570.410</u>

<u>Demonstração do resultado do exercício</u>	Consolidado	
	2019	2018
Receita líquida	16.240	28.518
Custo na venda de imóveis e dos serviços prestados	(21.912)	(32.091)
Prejuízo bruto	<u>(5.672)</u>	<u>(3.573)</u>
Despesas operacionais	(61.235)	(71.713)
Resultado financeiro	(46.106)	(106.947)
Imposto de renda e contribuição social	(657)	(433)
Prejuízo do exercício	<u>(113.670)</u>	<u>(182.666)</u>

As demonstrações da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que estão mensurados pelo valor justo.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (R\$ - reais) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

Os saldos incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas referentes às controladas diretas e indiretas localizadas no exterior são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). A conversão dessas controladas é efetuada conforme o CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média mensal. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes. Na eventual venda de uma controlada no exterior o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido dessa controlada é reconhecido na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos monetários das companhias situadas no Brasil, denominados em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado do exercício nas rubricas de "receitas financeiras" e "despesas financeiras" e seus itens não monetários, mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira, são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações.

2.3. Políticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são, substancialmente, representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, e créditos a receber, e os passivos financeiros pelo contas a pagar a fornecedores, debêntures, empréstimos, financiamentos e *senior notes*, além dos instrumentos financeiros derivativos que podem ser registrados como ativos ou passivos financeiros.

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados diretamente no resultado do exercício.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

b.1) Ativos financeiros

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; e
- for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria;
- o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos;
- seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento do Grupo, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; e
- fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração são reconhecidos no resultado.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- os direitos de receber os fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- a Companhia e suas controladas transferirem os seus direitos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) a Companhia e suas controladas transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas não transferiram e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia e suas controladas tiverem transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo.

Nesse caso, a Companhia e suas controladas também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia e suas controladas mantiverem.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida do Grupo, dos dois o menor.

b.2) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda”) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b.3) Passivos financeiros

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia e suas controladas são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos da transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Baixa de passivos financeiros

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações do Grupo são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, outros passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização.

b.4) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b.5) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo dos instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado, referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na Nota 13.6

c) Contratos de Concessão

A concessionária reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A concessionária reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional a receber caixa ou outro ativo financeiro, ou sob a direção do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia e suas controladas sejam pagas pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

Os estoques incluem os imóveis em construção pelo custo incorrido durante a fase de construção dos empreendimentos, unidades concluídas e terrenos. Os saldos em aberto nas datas de encerramento dos exercícios não excedem os respectivos valores líquidos de realização.

A Companhia e suas controladas adquirem parte dos terrenos através de operações, nas quais, em troca dos terrenos adquiridos, compromete-se a:

- i) entregar unidades imobiliárias de empreendimentos em construção; ou
- ii) entregar o percentual da parcela de contas a receber provenientes das vendas das unidades imobiliárias dos empreendimentos.

Na existência de permutas de unidades imobiliárias que não tenham a mesma natureza e valor, esta é considerada uma transação com substância comercial e, portanto, gera ganho ou perda. A Companhia e suas controladas contabilizam a permuta pelo valor justo, como um componente de estoque de terrenos a comercializar, em contrapartida a obrigações por compra de imóveis no passivo, no momento da assinatura do instrumento particular ou do contrato relacionado à referida transação.

e) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

f) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou outros ativos e passivos e, que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definido compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

g) Investimentos e base de consolidação

g.1) Investimentos em empresas controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- tem poder sobre a investida;
- está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- a dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
- direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

g.2) Mudanças nas participações da Companhia em controladas existentes

Nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle da Companhia sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” relacionados à controlada são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRSs aplicáveis).

g.3) Investimentos em coligadas e *joint ventures*

Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (“*joint venture*”). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Uma *joint venture* é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou *joint ventures* são incorporados nestas demonstrações contábeis consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento, ou uma parcela dele, é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (equivalente ao CPC 31). De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada ou *joint venture* é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou *joint venture*. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou *joint venture* ultrapassa a participação da Companhia nessa coligada ou *joint venture* (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido do Grupo na coligada ou *joint venture*), a Companhia deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que a Companhia incorreu em legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da coligada ou *joint venture*.

g.4) Consórcios

A Companhia e as controladas Construtora OAS S.A. e Coesa Engenharia Ltda. também participam de consórcios em diversos empreendimentos, e os consolidam na proporção dos respectivos percentuais de participação.

h) Custo de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Estes custos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

i) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação.

O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

j) Tributação

j.1) Impostos de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Algumas investidas são tributadas pelo lucro presumido. Qualificam-se para o regime de lucro presumido as sociedades cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000. No regime de lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas de venda de imóveis e 32% sobre as receitas de prestação de serviços para ambos os tributos.

A Companhia possui ainda 23 controladas indiretas tributadas pelo RET, instituído pela Lei nº 10.931/2004. A legislação prevê que incorporações possam se submeter ao regime da afetação, onde os terrenos e as acessões objeto de incorporação imobiliária, assim como os demais bens e direitos vinculados serão apartados do patrimônio do incorporador, constituindo-se como patrimônio de afetação, destinado à consecução da incorporação correspondente e à entrega das unidades imobiliárias aos respectivos adquirentes. Algumas controladas indiretas que possuem patrimônios afetados optaram pelo RET, onde são tributados à alíquota máxima de 4%, compreendendo 1,92% de imposto de renda e contribuição social.

j.2) Impostos de renda e contribuição social diferidos

O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

k) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

As provisões para garantia, são os custos esperados com a manutenção de imóveis que são reconhecidas ao resultado no mesmo critério de apropriação da receita de incorporação imobiliária, a partir da data da venda das respectivas unidades imobiliárias, com base na melhor estimativa da Administração em relação ao gastos necessários para liquidar a obrigação.

l) Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios

São registrados pelo custo de aquisição, que considera o deságio no valor de face esperado de realização dos direitos creditórios.

m) Provisões

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

n) Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo; a norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

o) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

p) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

q) Reconhecimento da receita

A Companhia adotou o CPC 47 (IFRS 15) a partir de 1º de janeiro de 2018, essa nova orientação estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação para determinados tipos de operações decorrente dos contratos com clientes. O CPC 47 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada, substituindo as normas vigentes para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e as correspondentes interpretações.

De acordo com a nova norma, a receita deve ser mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo que apresenta cinco etapas:

- 1) identificação do contrato;
- 2) identificação das obrigações de desempenho;
- 3) determinação do preço da transação;
- 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho;
- 5) reconhecimento da receita.

A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo acima e não identificou impactos significativos em relação ao que vinha sendo praticado.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

q.1) Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência física ou financeira dos trabalhos realizados. O critério a ser adotado depende dos termos de cada contrato e de todos os fatos e circunstâncias relacionadas. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

q.2) Vendas oriundas da atividade de incorporação imobiliária

As receitas e os custos das vendas de imóveis obedecem aos procedimentos e normas estabelecidas pelas orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, 12 de dezembro de 2018, que estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação para determinados tipos de operações decorrente dos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída.

As receitas e os custos das vendas de imóveis são registrados da seguinte forma:

- Vendas de imóveis concluídos - as receitas de vendas e os custos incorridos são apropriados no resultado no momento da assinatura do título translativo (instrumento público ou particular de compra e venda), independentemente do recebimento do valor contratado.
- Vendas de imóveis em construção - as receitas de vendas são apropriadas no resultado, como segue:
 - (i) as receitas de vendas são apropriadas ao resultado utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos;
 - (ii) as receitas de vendas apuradas conforme o item (i), incluindo a atualização monetária, líquido das parcelas já recebidas, são contabilizadas como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, em função da relação entre as receitas contabilizadas e os valores recebidos; e
 - (iii) os custos de terrenos e de construção inerentes às respectivas incorporações são apropriados ao resultado utilizando-se o método do percentual de vendas de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do número de unidades vendidas em relação ao total de unidades dos respectivos empreendimentos.

q.3) Receitas decorrentes dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e outras deduções similares. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos e privados objetos das concessões pelos usuários.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

q.4) Receitas oriundas de contratos de serviços de concessão público-privada

As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços são reconhecidas baseadas no estágio de conclusão da obra realizada, consistentes com a política contábil da Companhia para o reconhecimento de receitas sobre contratos de construção. As receitas de operação ou serviços são reconhecidas no exercício em que esses serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

r) Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa referentes à provisão de participação nos resultados do exercício. A Administração utiliza como base de cálculo dessa provisão o resultado associado a uma métrica de atingimento de metas e objetivos específicos, os quais são estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

s) Ganhos e perdas atuariais do plano de assistência médica e outros custos de planos de benefícios a colaboradores

A Companhia concede também determinados benefícios de extensão de assistência médica a colaboradores aposentados que tenham o direito ao benefício. Os custos associados às contribuições efetuadas pela Companhia e por suas controladas aos planos são reconhecidos, pelo regime de competência, como outros resultados abrangentes. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente.

t) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

u) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Quando a Companhia está comprometido com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações contábeis consolidadas, mesmo se após a venda ainda retenha participação na empresa.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a alienação de um investimento, ou de uma parcela de um investimento, em uma coligada ou *joint venture*, o investimento, ou a parcela do investimento, que será alienado é classificado como mantido para venda quando atendidos os critérios descritos anteriormente, e a Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial em relação à parcela classificada como mantida para venda. Qualquer parcela de um investimento em uma coligada ou *joint venture* que não foi classificada como mantida para venda continua sendo contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial no momento da alienação quando a alienação resulta na perda de influência significativa da Companhia sobre a coligada ou *joint venture*.

Após a alienação, o Grupo contabiliza qualquer participação detida na coligada ou *joint venture* de acordo com a IAS 39 (equivalente ao CPC 38), a menos que a participação detida continue sendo uma coligada ou *joint venture*, caso em que a Companhia usa o método de equivalência patrimonial.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

2.4. Novas normas, interpretações e alterações já adotadas no período corrente

CPC 06 - R2 (IFRS 16) Operações de arrendamento mercantil:

Vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, revoga o CPC 06 – R1 (IAS 17) e correspondentes interpretações, sendo seu principal impacto o reconhecimento de todos os arrendamentos no balanço patrimonial das Companhias, independentemente se operacional ou financeiro. Com isso, os arrendamentos operacionais, que antes eram divulgados apenas em nota explicativa como “Obrigações contratuais não registradas”, passam a ser registrados contabilmente. Como resultado, passa a existir um modelo único de contabilização dos arrendamentos, formado pelo ativo de direito de uso e pelo passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

IFRIC 23 – Uncertainty over income tax treatment

O ICPC 22 (IFRIC 23) esclarece como mensurar e reconhecer os tributos sobre o lucro quando há incertezas.

- Esta interpretação trata: a) se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente; b) as premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais; c) como a entidade deve determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e d) como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias.

Estas normas não tiveram efeito relevante quando da adoção inicial.

2.5. Novas normas que ainda não estão em vigor

Apesar de o IASB encorajar a adoção antecipada de novas normas emitidas, tal prática não é permitida no Brasil pelo CPC, portanto a Companhia às aplicará apenas na data de sua adoção inicial.

Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS

O CPC 00 – Estrutura conceitual terá sua 3ª revisão vigente a partir de 1º de janeiro de 2020. A revisão da Estrutura Conceitual (“Conceptual Framework”) traz as seguintes novidades: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Outras normas alteradas e interpretações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia:

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15 - IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 - IAS 1 e CPC 23 - IAS 8); e, IFRS 17 Contratos de Seguros

A administração da Companhia não estima efeito relevante quando da adoção inicial da referida norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

3.1. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com as normas IFRSs e os CPCs, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas quanto às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, provisões, custo orçado dos empreendimentos e contratos de construção, garantias e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

b) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b.1) Reconhecimento de receita e margem dos contratos de construção e provisões para contratos

O resultado estimado dos contratos é revisado mensalmente durante a execução dos contratos e representa a melhor estimativa dos benefícios econômicos futuros do contrato, bem como os riscos e obrigações a ele associados. Quando a revisão do resultado estimado dos contratos indica que os custos totais do contrato excedam à receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como uma despesa no resultado do exercício.

b.2) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

b.3) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b.4) Redução ao valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Quando os fluxos de caixa futuros são inferiores ao esperado, pode ocorrer uma perda material por redução ao valor recuperável.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	457	550	21.482	21.297
Certificados de depósito bancário - CDB	-	-	44.405	48.901
Aplicações financeiras	-	-	1.610	4.844
Demais aplicações financeiras	-	-	31	29
Total	<u>457</u>	<u>550</u>	<u>67.528</u>	<u>75.071</u>

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras são, basicamente, operações vinculadas e CDBs remunerados por taxas que variam entre 75,00% e 108,00% do CDI (em 31 de dezembro de 2018, 75,00% e 108,00% do CDI). Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

O saldo de caixa ajustado, conforme definição prevista no Plano (cláusulas 1.1.100 e 1.1.170), é apresentado como segue:

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo de caixa e equivalentes de caixa consolidado	67.528	75.071
(-) Caixa e equivalentes de caixa em consórcios	(41.441)	(51.057)
(-) Caixa e equivalentes de caixa em SPEs	(1.767)	(4.958)
(-) Caixa e equivalentes de caixa em controladas no exterior	(10.213)	(9.420)
(-) Caixa e equivalentes de caixa em sociedades da divisão de investimentos	(3.637)	(1.738)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa ajustado	10.470	7.898

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prestação de serviços de construção				
Governos (a)	-	-	647.778	678.391
Privados	418	269	226.710	279.864
Recebíveis de venda de imóveis (b)	-	-	38.407	49.582
Recebíveis de contratos de concessão (c)	-	-	741.214	734.507
Partes relacionadas (Nota 7.2)	88.475	86.810	75.362	96.411
(-) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (d)	-	-	(778.194)	(806.425)
(-) Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")	-	-	(312.451)	(269.785)
Total	88.893	87.079	638.826	762.545
Circulante	150	170	315.189	414.942
Não circulante	88.743	86.909	323.637	347.603
Total	88.893	87.079	638.826	762.545

- (a) Em 31 de dezembro de 2019, tem-se um saldo consolidado de contas a receber de clientes no ativo não circulante, provenientes de direitos a receber no exterior e no Brasil dos governos federal, estadual e municipal. Tais créditos se referem, substancialmente, a serviços prestados, medidos, aprovados e a faturas em aberto, para as quais estão sendo tomadas medidas administrativas e judiciais de cobrança. Considerando as características e natureza destes créditos, a Administração da Companhia não espera incorrer em perdas além daquelas já provisionadas.
- (b) Os valores relativos a contas a receber na venda de imóveis, oriundos das operações da OAS Empreendimentos, são garantidos pelos próprios imóveis negociados. De acordo com as cláusulas contratuais, estes recebíveis são atualizados pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), mais juros de 12% ao ano.
- (c) Referem-se, basicamente, aos recebíveis decorrentes de contrato de Parceria Público-Privado firmado com o Estado do Rio Grande do Norte, classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa diretamente do Poder Concedente pelos serviços de construção da Arena da Dunas, no valor de R\$ 739.482 (31 de dezembro de 2018, R\$ 732.781) (Nota 28 a)).

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir está apresentada a composição do contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<i>Aging list</i> do contas a receber				
A vencer	-	-	829.593	880.719
Títulos vencidos até 30 dias	64	-	3.711	16.936
Títulos vencidos de 31 a 60 dias	77	170	2.075	5.404
Títulos vencidos de 61 a 90 dias	-	-	6.342	196
Títulos vencidos de 91 a 180 dias	9	-	3.310	2.314
Títulos vencidos de 181 a 360 dias	-	-	6.941	8.850
Títulos vencidos há mais de 360 dias	88.743	86.909	877.500	924.336
Subtotal	88.893	87.079	1.729.472	1.838.755
(-) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(778.194)	(806.425)
(-) Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")	-	-	(312.452)	(269.785)
Total	88.893	87.079	638.826	762.545

- (d) A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e, em caso de processos judiciais de cobrança, em pareceres da respectiva assessoria jurídica e é considerada suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais riscos de crédito.

Movimentação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	-	-	(806.425)	(379.273)
Adições	-	-	(25.995)	(439.381)
Reversão de provisão	-	-	62.248	48.240
Variação cambial	-	-	(8.022)	(36.011)
Saldo final	-	-	(778.194)	(806.425)

5.1. Contratos de construção

	Consolidado	
	2019	2018
Custos incorridos e lucros reconhecidos (líquido dos valores faturados)	55.374	131.262
Quantia bruta devida pelo contratante	55.374	131.262
(-) Receita diferida de obra faturada	(372.088)	(390.265)
(-) Retenções contratuais	(37.438)	(32.356)
(-) Adiantamentos recebidos	(201.016)	(215.588)
Quantia bruta devida ao contratante	(610.542)	(638.209)
Saldo líquido contratos de construção em curso	(555.168)	(506.947)

As receitas brutas auferidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, decorrentes dos contratos de construção, totalizaram R\$ 549.425 (31 de dezembro de 2018: R\$ 617.222), no consolidado, respectivamente. Os adiantamentos recebidos de clientes relacionados aos contratos de construção em andamento referem-se a valores recebidos em proporção maior aos serviços já executados.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Estoques

	Consolidado	
	2019	2018
Terrenos	109.076	136.137
Imóveis em construção	170.997	173.232
Imóveis concluídos	61.966	48.815
Materiais de revenda e aplicação	130.858	148.115
Outros	41.567	42.777
Subtotal	514.464	549.076
(-) Provisão para perda em estoques	(194.255)	(174.550)
Total	<u>320.209</u>	<u>374.526</u>
Circulante	32.041	253.837
Não circulante	288.168	120.689
Total	<u>320.209</u>	<u>374.526</u>

Os valores registrados nas rubricas de imóveis em construção e imóveis concluídos referem-se aos custos incorridos, inclusive terrenos, na construção de unidades imobiliárias não vendidas, da OAS Empreendimentos. Em 31 de dezembro de 2019, os encargos financeiros capitalizados em decorrência das operações da controlada indireta OASE totalizam R\$ 2.238 (31 de dezembro de 2018, R\$ 4.561).

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada indireta OASE e suas controladas mantêm registrada provisão para perda na realização de imóveis no montante de R\$ 67.107 e terrenos no montante de R\$ 15.746, totalizando R\$ 82.853 (31 de dezembro de 2018, R\$ 37.138 de imóveis e R\$ 31.316 de terrenos, totalizando R\$ 68.454). Os saldos dos estoques referentes a empreendimentos cujas obras estão paralisadas, foram reclassificados para o ativo não circulante.

7. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas mantêm transações comerciais com companhias do Grupo.

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, sejam administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas sob condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

7.1. Mútuos ativos e passivos

A seguir, estão demonstradas, pelo saldo líquido, as operações de mútuo e compra e venda de ativos entre as entidades do Grupo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<u>Ativo</u>				
Figueiredo Avila Engenharia Ltda. (b)	-	-	-	42.848
OAS Empreendimentos (b)	360.125	348.684	-	-
OAS Infraestrutura (a)	286.385	606.191	-	-
OAS Investimentos	2.978	67.770	-	-
Sucursal Uruguai (c)	224.151	224.151	-	-
Outros	19.260	18.491	65.156	55.955
Subtotal	892.899	1.265.287	65.158	98.803
Circulante	4.671	4.398	4.671	4.398
Não circulante	888.228	1.260.889	60.487	94.405
Total	<u>892.899</u>	<u>1.265.287</u>	<u>65.158</u>	<u>98.803</u>

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Refere-se a crédito pela venda de participação acionária na Invepar realizada em 31 de julho de 2014, quando a OAS Investimentos adquiriu a totalidade das ações da Invepar mantidas pela Companhia. Em 23 de dezembro de 2014, a OAS Investimentos aumentou o capital social de sua controlada OAS Infraestrutura através da transferência da totalidade das ações e respectivo ágio da Invepar e dos saldos de mútuos passivos com a Construtora OAS e com a OAS referente à aquisição dessas ações, sem incidência de encargos.
- b) Refere-se a valores a receber com a OAS Empreendimentos, líquidos de compensações efetuadas com a mesma entidade.

Em 2019, após superadas as condições suspensivas que envolviam o Acordo firmado com a Figueiredo Avila Engenharia Ltda. para extinguir a parceria nas sociedades, a OAS Empreendimentos baixou o saldo a receber tendo como contrapartida os investimentos nos quais eram sócios.

- c) No âmbito do Plano, a Companhia assumiu como devedor principal dívidas originalmente detidas pela Sucursal Uruguai junto a instituições financeiras, no valor de R\$ 224.151, para a qual havia concedido aval ou garantia antes da sua recuperação judicial. Tendo assumido e reestruturado tais créditos, a Companhia reconheceu em contrapartida saldo a receber contra essa sucursal, em razão do seu direito de regresso.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Passivo				
CMP Participações Ltda.	46.711	46.711	46.711	46.711
Construtora OAS - T & T (a)	2.876.283	2.765.836	-	-
Construtora OAS	292.643	290.473	-	-
EPP Ltda.	5.469	5.470	-	-
OAS E&C (b)	299.239	320.472	-	-
OAS Investments Limited (c)	1.306.102	1.250.559	-	-
Óleo e Gás (d)	-	-	78.890	78.890
RB Capital Realty XV Empreend. Imobiliários Ltda. (e)	-	-	125.455	113.491
OAS Energia	32.908	-	-	-
OAS Restructuring	10.877	-	-	-
FII FGTS CAIXA (f)	-	-	13.140	34.835
Outros	58.585	56.992	49.150	22.357
Total	<u>4.928.817</u>	<u>4.736.513</u>	<u>313.346</u>	<u>296.284</u>
Circulante	245.096	229.042	138.595	148.326
Não circulante	4.683.721	4.507.471	174.751	147.958
Total	<u>4.928.817</u>	<u>4.736.513</u>	<u>313.346</u>	<u>296.284</u>

- a) Mútuo com a Construtora OAS - T&T referente, substancialmente, à internação dos recursos captados na reabertura dos *senior notes* em outubro de 2013 e ao novo *senior notes* de julho de 2014, nos montantes de R\$ 825.113 e R\$ 885.360 a valores da época, respectivamente (Nota 13.4).
- b) Refere-se a saldo de conta corrente entre as partes sem a incidência de encargos financeiros. Em decorrência da cisão parcial ocorrida na Construtora OAS em 1º de dezembro de 2014 (Nota 10.1), o montante de R\$ 304.598 foi transferido para a OAS E&C, sem incidência de encargos.
- c) Em 8 de janeiro de 2015, foi comunicada a ocorrência de evento de vencimento antecipado não automático da 7ª emissão de debêntures da Companhia. Como forma de evitar a declaração de vencimento antecipado das debêntures, a emissora decidiu pela realização do resgate antecipado facultativo pelo preço de R\$ 941.486, conforme cláusulas contratuais. O valor reconhecido pela controlada OAS Investments Limited como uma aplicação financeira vinculada à 7ª emissão foi utilizado para liquidar a operação de debêntures da Companhia, gerando assim um saldo de mútuo entre as partes.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- d) Refere-se ao compromisso assumido em realizar aportes na investida Óleo e Gás (Nota 10.3 (a)), sem incidência de encargos.
- e) Saldo devido pela investida OAS Empreendimentos à RB Capital Realty XV Empreendimentos Imobiliários Ltda., sujeito a encargos financeiros de acordo com as condições pactuadas entre as partes.
- f) Refere-se à multa devida pela OAS Empreendimentos ao sócio FII em virtude do atraso do lançamento de projeto imobiliário na controlada Karagounis, previsto no Acordo de Investimentos. Em 01 de abril de 2016, a OAS Empreendimentos reclassificou o valor da multa da rubrica de provisões e iniciou o pagamento previsto no Plano. Os pagamentos efetuados até 31 de dezembro de 2019 totalizam R\$ 10.233 mil, sendo R\$ 3.028 pagos no exercício de 2019.

Saldos com partes relacionadas sujeitos à Recuperação Judicial

O Plano de Recuperação Judicial, aprovado em 17 de dezembro de 2015 (Nota 1.1), contém disposição expressa que determina que todos os créditos com partes relacionadas cujo fato gerador seja anterior à data do pedido da recuperação judicial fiquem subordinados ao pagamento integral dos créditos concursais tal como reestruturados pelo Plano. Deste modo, os referidos passivos com partes relacionadas somente poderão ser pagos após o primeiro mês subsequente à quitação dos créditos concursais, ou seja, após o prazo estimado de 25 anos.

7.2. Transações comerciais (Nota 5)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo				
Contas a receber - Clientes*				
Construtora OAS - Guiné Equatorial	27.048	26.502	-	-
Construtora OAS - Peru	23.449	22.476	-	-
Enseada Indústria Naval Participações S.A	-	-	21.331	21.331
OAS Nacala	22.721	22.721	-	-
Linea Amarilla - LAMSAC	-	-	755	712
Concessionária Porto Novo	-	-	39.230	57.092
Concessionária Rota Atlântico	-	-	10.188	10.188
Outros	15.257	15.111	3.858	7.088
Subtotal	88.475	86.810	75.362	96.411
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(74.604)	(94.331)
Total	88.475	86.810	758	2.080
Circulante	-	-	758	2.080
Não circulante	88.475	86.810	-	-
Total	88.475	86.810	758	2.080

* Refere-se à prestação de serviços de construção

Nas rubricas de “contas a receber de clientes” estão apresentados os saldos das transações comerciais realizadas com as partes relacionadas da Companhia. Nas entidades com sede no Brasil, as receitas e os recebíveis estão relacionados, substancialmente, à prestação de serviços de construção, nas entidades localizadas no exterior, esses saldos são majoritariamente relativos a *royalties*.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7.3. Remuneração da Administração

A remuneração da Administração, que contempla a diretoria da Companhia e de suas controladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Remuneração do pessoal-chave da Administração (Nota 24)	4.421	3.898	8.543	5.825

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IR e CSLL retidos na fonte (a)	14.661	41.694	20.043	47.612
PIS e COFINS a recuperar (b)	-	-	1.082	2.229
PIS e COFINS diferidos (c)	-	-	3.019	2.380
IVA (d)	-	-	6.100	9.825
Outros	1.534	1.789	4.121	4.890
Total	16.195	43.483	34.365	66.936
Circulante	16.195	43.483	32.931	64.151
Não circulante	-	-	1.434	2.785
Total	16.195	43.483	34.365	66.936

- a) Refere-se a saldos de IR e CSLL oriundos de impostos retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras e recebimentos de faturas.
- b) O PIS e a COFINS a recuperar são relativos a créditos oriundos principalmente da aquisição de insumos e na contratação de serviços de pessoas jurídicas.
- c) Os valores de PIS e COFINS diferidos referem-se, substancialmente, aos impostos incidentes sobre a receita de construção da Arena Porto Alegrense (2014) e da Arena das Dunas.
- d) Refere-se a saldo de imposto sobre valor agregado oriundo de operações de controladas no exterior, principalmente sobre as controladas indiretas Sucursal Peru e OAS Energy GmbH.

9. Ativos não circulantes mantidos para venda

	Consolidado	
	2019	2018
Investimentos:		
Invepar (a)	-	1.403.902
Sagua (e)	18.232	18.232
OAS Óleo e Gás (b)	114.580	114.580
Arena Porto Alegrense (c)	480.994	480.994
Puente Chacao (d)	-	62.058
Imobilizado:		
Aeronaves	38.370	38.370
Subtotal	652.176	2.118.136
Provisão para redução ao valor recuperável	(593.339)	(748.738)
Total	58.837	1.369.398

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em consonância com os meios de recuperação, descritos na Nota 1.1, o Grupo OAS pretende alienar suas participações societárias em empresas do segmento de Investimentos em Infraestrutura e não integrantes do seu novo plano de negócios. A Administração está comprometida com a venda da maioria desses ativos, nesse momento considera altamente provável alienar suas participações societárias em empresas do segmento de Investimentos em Infraestrutura.

No contexto da recuperação judicial, a eficácia de qualquer contrato relacionado à venda de determinados ativos estará sujeita a condições suspensivas, nos termos previstos na Lei, a fim de proteger os interesses das empresas recuperandas, dos credores e demais interessados.

Investimentos

- (a) O investimento detido na Invepar foi classificado como mantido para venda em 31 de março de 2015, com base nos respectivos saldos apurados até aquela data. Em 30 de setembro de 2015, a controlada OAS Infraestrutura reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável do ativo mantido para venda da Invepar no valor de R\$ 94.341, em razão do seu provável valor de venda.

Conforme disposto no Plano (Nota 1.1), como não houve proposta voluntária de interessados para aquisição das ações da Invepar e transcorrido o prazo de 30 dias para exercício do direito de preferência por parte dos demais acionistas o qual encerrou-se em 20 de abril de 2016, considera-se como tendo sido apresentada a proposta automática da SPE Credores pelo preço mínimo Invepar - R\$ 1.350.000.

Conforme a assembleia geral de credores realizada em 4 de maio de 2017, a votação para fechamento Invepar, foi postergada para o dia 22 de junho de 2017.

A OAS Infraestrutura transferiu compulsoriamente as ações da Invepar, no montante de R\$ 1.350.000 para a SPE Credores. Os acionistas da SPE Credores devem alienar essas ações com terceiros para quitar parte da dívida com os credores do FI-FGTS – Debêntures 4º Emissão e Credores Financeiros do Grupo 2, que representam 80% do valor mínimo Invepar e distribuirá o residual de 20% limitado a R\$ 270.915.

A controlada indireta OAS Infraestrutura em 20 de maio de 2019, transferiu a totalidade de 104.881.660 ações de sua titularidade, das quais 35.764.280 de ações ordinárias e 69.117.380 de ações preferenciais, da Investimento e Participações em Infraestrutura S.A. – Invepar, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações firmado com parte dos credores do Grupo OAS no Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”). A referida operação foi realizada nos termos aprovados no PRJ, tendo sido ratificada em Assembleia Geral de Credores realizada no dia 30 de maio de 2019, adicionalmente, o direito de regresso foi utilizado para quitação parcial da nova dívida emitida pela OAS Restructurin (Nota 13.4).

- (b) Em 31 de agosto de 2015 o investimento na OAS Óleo e Gás foi classificado como mantido para venda, com base nos respectivos saldos apurados até aquela data (Nota 10.3).
- (c) Em 31 de outubro de 2015, o investimento detido na Arena Porto-Alegrense foi classificado como mantido para venda, com base nos respectivos saldos apurados até aquela data. Em 31 de dezembro de 2016, a controlada indireta SPE Gestão, reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável do ativo mantido para venda da Arena Porto-Alegrense no valor de R\$ 480.994.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (d) O investimento detido na Puente Chacao foi classificado como mantido para venda em 31 de dezembro de 2015, com base nos respectivos saldos apurados até aquela data. Na mesma data a controlada Construtora OAS reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável do ativo mantido para venda no valor de R\$ 62.058, em razão da provável alienação por valor próximo a zero, tendo sido concluído a venda no exercício de 2019.

Aeronaves

Em sintonia com o novo plano de negócios da Companhia, a Administração colocou à venda as quatro aeronaves de propriedade da Companhia. A Administração, apoiada na opinião dos seus assessores contratados para acompanhar a venda, avalia não ser necessário o reconhecimento de provisão para perda ao valor recuperável.

A seguir, são apresentadas as principais classes de ativos e passivos relativos aos investimentos que compõem os ativos não circulantes mantidos para venda no fim do exercício de 2019.

	Sagua	OAS Óleo e Gás	Arena Porto Alegre
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.007	2.908
Aplicações financeiras	-	-	9.112
Contas a receber	36.719	-	8.268
Outros	787	107	6.774
Total do ativo circulante	37.506	4.114	27.062
Ativo não circulante			
Intangível	1	-	191.647
Outros	76	62	218.956
Total do ativo não circulante	77	62	410.603
Total do ativo	37.583	4.176	437.665
Passivo			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	-	-	278.752
Outros	3.686	1.525	4.511
Total do passivo circulante	3.686	1.525	283.263
Passivo não circulante			
Outros	16.918	417	40.997
Total do passivo não circulante	16.918	417	40.997
Patrimônio líquido			
Capital social	23.870	95.284	661.377
Outros	(6.891)	(93.050)	(547.972)
Total do patrimônio líquido	16.979	2.234	113.405
Total do passivo e patrimônio líquido	37.583	4.176	437.665
Participação total da Companhia nos ativos	100,00%	61,00%	100,00%

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

Informações sobre as principais controladas, controladas em conjunto e coligadas

	Ativo total		Passivo total		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Resultado do exercício	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Controladas								
Angola	24.290	26.896	50.946	50.578	(26.656)	(23.682)	(1.956)	-
BR Terminais	1	1	-	-	1	1	-	-
Construtora OAS	5.056.354	4.962.564	9.144.093	8.835.252	(4.087.739)	(3.872.688)	(371.361)	(1.054.855)
EPASA	31.044	29.116	20.783	17.374	10.261	11.742	(2.096)	(195)
EPP Energia	5.692	5.693	2.722	2.718	2.970	2.975	(4)	(3)
OAS Cayman	18.646	1.840	64.501	40.757	(45.855)	(38.917)	(22.194)	(65)
OAS Defesa	11.390	11.381	3.284	3.281	8.106	8.100	6	(30)
OAS E&C	368.660	367.162	86.317	70.657	282.343	296.505	(14.591)	(4.608)
OAS Energia e Mineração S/A	38.613	-	38.626	11	(13)	(11)	(2)	(5)
OAS Engenharia S/A	4	4	41	40	(37)	(36)	(1)	(3)
OAS Internacional S/A	675	897	6	227	669	670	(1)	-
OAS Investimentos	2.427.653	2.628.720	808.463	2.718.614	1.619.190	(89.894)	303.681	(195.919)
OAS Investments GmbH	92	4.604.214	905.832	4.568.609	(905.740)	35.605	(912.192)	5.651
OAS Investments Limited	7.187.930	6.909.914	1.380.694	8.383.477	5.807.236	(1.473.563)	7.101.915	(492.656)
OAS Petroleo e Gas S/A	-	-	13	10	(13)	(10)	(3)	(3)
Controladas em conjunto								
Fonte Nova	1.064.160	1.064.160	808.773	808.773	255.387	255.387	32.602	32.602
Porto Novo	1.025.613	1.025.613	1.099.020	1.099.020	(73.407)	(73.407)	20.302	20.302

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Informações sobre empresas investidas – movimentações ocorridas (controladora)

	Saldos em 31/12/18		Movimentação do exercício				Saldos em 31/12/19		
	Investimentos	Provisão para perda	Ganho em participacao	Integralização	Equivalência patrimonial	Provisão / reversão para perda	Ajuste avaliação patrimonial	Investimentos	Provisão para perda
Participações no Brasil									
Construtora OAS (a)	-	(3.814.857)	40.439	-	-	(378.970)	159.868	-	(3.993.520)
OAS Investimentos (b)	25.433	-	-	-	345.463	-	(160.611)	210.285	-
OAS E&C	296.505	-	-	-	(14.591)	-	428	282.342	-
Outros investimentos	11.749	(53)	-	-	1	(1.959)	-	11.750	(2.012)
Subtotal	333.687	(3.814.910)	40.439	-	330.873	(380.929)	(315)	504.377	(3.995.532)
Participações no Exterior									
OAS Investments GmbH	35.601	-	-	-	(35.605)	(876.587)	(29.153)	-	(905.744)
OAS Investments Limited (c)	-	(1.473.561)	-	-	5.628.352	1.473.562	178.884	5.807.237	-
EPASA	8.807	-	-	-	(1.571)	-	455	7.691	-
OAS Cayman	-	(38.915)	-	-	-	(22.194)	15.256	-	(45.853)
Construtora OAS Angola	-	(23.661)	-	-	-	-	(1.017)	-	(24.678)
OAS Restructuring (BVI)	-	-	-	15.707	55.060	-	2.068	72.835	-
Subtotal	44.408	(1.536.137)	-	15.707	5.646.236	574.781	166.493	5.887.763	(976.275)
Total	378.095	(5.351.047)	40.439	15.707	5.977.109	193.852	166.178	6.392.140	(4.971.807)

(a) Contempla lucro não realizado de R\$ 40.439, realizado pela alienação da Invepar.

(b) Contempla lucro não realizado de R\$ 28.402.

(c) Ver nota 13.4

	Saldos em 31/12/17		Movimentação do exercício				Saldos em 31/12/18		
	Investimentos	Provisão para perda	Ganho em participacao	Integralização	Equivalência patrimonial	Provisão / reversão para perda	Ajuste avaliação patrimonial	Investimentos	Provisão para perda
Participações no Brasil	478.039	(2.769.006)	-	-	(148.029)	(992.315)	(49.912)	333.687	(3.814.910)
Participações no Exterior	33.244	(865.659)	-	-	5.506	(492.720)	(172.100)	44.408	(1.536.137)
Total	511.283	(3.634.665)	-	-	(142.523)	(1.485.035)	(222.012)	378.095	(5.351.047)

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Informações sobre empresas investidas – movimentações ocorridas (consolidado)

	Saldos em 31/12/18		Movimentação do exercício						Saldos em 31/12/19		
	Investimentos	Provisão para perda	Integralização	Equivalência patrimonial	Dividendos e JCP	Provisão / reversão para perda	Ajuste avaliação patrimonial	Baixas	Ganho na variação de participação	Investimentos	Provisão para perda
Participações no Brasil											
Enseada Indústria Naval Part.	11.935	-	-	(11.935)	-	(14.534)	-	-	12.209	-	(2.325)
Fonte Nova	127.695	-	-	17.516	(4.161)	-	-	-	-	141.050	-
Manhattan Square Emp Imob Res 01	-	(3.128)	-	(3.264)	-	-	-	(16)	-	-	(6.408)
Karagounis	51.877	-	-	(8.936)	-	-	-	-	-	42.941	-
Porto Novo	-	(27.528)	-	-	-	(11.515)	-	-	-	-	(39.043)
Outros	3.378	(3.167)	-	(315)	-	(16)	-	-	-	3.202	(3.322)
Total	194.885	(33.823)	-	(6.934)	(4.161)	(26.065)	-	14	12.209	187.223	(51.098)

	Saldos em 31/12/17		Movimentação do exercício						Saldos em 31/12/18		
	Investimentos	Provisão para perda	Integralização	Equivalência patrimonial	Dividendos e JCP	Provisão / Reversão para perda	Ajuste avaliação patrimonial	Baixas	Ganho na variação de participação	Investimentos	Provisão para perda
Participações no Brasil	196.844	(37.563)	-	(1.780)	(3.871)	7.577	3.841	(3.986)	-	194.885	(33.823)
Participações no Exterior (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	196.844	(37.563)	-	(1.780)	(3.871)	7.577	3.841	(3.986)	-	194.885	(33.823)

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10.1 FIP OAS Empreendimentos

(a) Inadimplemento da FUNCEF

Em 31 de janeiro de 2015, após chamada de capital realizada em 19 de janeiro de 2015 pela Caixa Econômica Federal (“CEF”), na qualidade de administradora do FIP, requerendo a realização do aporte de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) no FIP até a referida data, a FUNCEF deixou de realizar o aporte compromissado no FIP conforme previsto no Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas do Fundo de Investimento em Participações OAS Empreendimentos, firmado pela FUNCEF em 31 de janeiro de 2014, e também no Acordo de Investimentos e Outras Avenças, celebrado em 9 de dezembro de 2013 com a OAS Investimentos.

No dia 13 de fevereiro de 2015, a OAS Empreendimentos notificou a CEF, com cópia para a FUNCEF, informando sobre o não cumprimento da obrigação de aporte de capital e requerendo à CEF que tomasse todas as medidas legais cabíveis para realização do aporte. Em 20 de fevereiro de 2015, a OAS Investimentos notificou a FUNCEF, com cópia para a CEF, para que aquela honre com seu compromisso. Nesta mesma data, a FUNCEF solicitou a dilação deste prazo para integralização de quotas de emissão do FIP OASE até 18 de março de 2015, o que também não foi cumprido.

Em 20 de março de 2015, a FUNCEF solicitou nova dilação do prazo para integralização das quotas subscritas para 13 de abril de 2015. Em 26 de março de 2015, a OAS Investimentos notificou a CEF, com cópia para a FUNCEF, informando sobre a permanência do descumprimento da obrigação de aporte de capital pela FUNCEF até aquela data, aduzindo sobre as consequências da inadimplência da FUNCEF no âmbito do Acordo de Quotistas e a correspondente perda de todos os seus direitos políticos e financeiros de forma automática, com a destituição dos membros indicados pela FUNCEF no Comitê de Investimento do FIP OASE e no Conselho de Administração da OAS Empreendimentos, e, por fim, requerendo novamente que se tomem todas as ações legais e administrativas cabíveis em face da FUNCEF para a execução da obrigação de aporte, acrescida de multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês, desde o dia 31 de janeiro de 2015 até a data do efetivo pagamento.

Ainda na mesma notificação de 26 de março de 2015, a OAS Investimentos, na qualidade de quotista do FIP OASE e parte prejudicada pelo inadimplemento da FUNCEF, informou que tomará todas as medidas judiciais cabíveis contra a FUNCEF e contra a CEF, caso esses sejam omissos com relação às suas respectivas obrigações no âmbito do FIP OASE, em especial quanto ao ressarcimento dos prejuízos experimentados.

O aporte não foi efetuado e a OASE decidiu recorrer a Recuperação Judicial para viabilizar a adoção de um plano de recuperação que permita a sua continuidade, conforme detalhado na Nota 1.1.

Para ajuizar ação de execução por quantia certa contra a FUNCEF, em 28 de maio de 2015, o FIP realizou Assembleia Geral Extraordinária de Quotistas, na qual se decidiu pela contratação de escritório de advocacia para defesa dos interesses do FIP em ação judicial ajuizada em 17 de agosto de 2015, visando à execução da Obrigação de Aporte, acrescido de multa e juros de mora.

Em 17 de agosto de 2015, a ação judicial foi distribuída na Justiça Comum sob nº de processo 10837816920158260100, do Foro Central Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Citada a FUNCEF para pagamento do valor devido em 3 dias, nos termos do art. 652 do Código de Processo Civil, em 06 de outubro de 2015, ela apresentou requerimento de instalação de arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado (“CAM”), contra a OAS Investimentos e o Fundo de Investimento em Participações OAS Empreendimentos, com fundamento nas cláusulas de Solução de Conflitos, por meio das quais as partes manifestaram a sua renúncia à jurisdição estatal e elegeram a arbitragem para composição e solução de conflitos.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Notificada em 15 de outubro de 2015, a OAS Empreendimentos apresentou resposta à CAM, em 30 de outubro de 2015, na qual manifestou sua anuência com a instauração da Arbitragem e apresentou (i) considerações preliminares sobre o alegado pela FUNCEF; (ii) pedido contraposto a ser incluído no objeto deste procedimento arbitral e (iii) sua indicação de árbitro para composição do Tribunal Arbitral. A OAS Investimentos e a OAS Empreendimentos aguardam a sequência pela CAM do procedimento arbitral.

A Arbitragem iniciou-se em 12 de maio de 2016 com a assinatura do Termo de Arbitragem. O Tribunal foi constituído mediante a indicação dos árbitros. As partes apresentaram alegações iniciais em 12 de agosto de 2016, resposta às alegações iniciais em 16 de setembro de 2016 e réplica a especificação de provas em 21 de outubro de 2016.

Em 15 de fevereiro de 2017 foi realizada audiência na qual as partes fizeram as suas exposições do caso, bem como apresentaram defesa à especificação de provas que indicaram ao Tribunal. Na sequência, o tribunal decidirá sobre as provas que poderão ser produzidas pelas partes.

Em 15 de fevereiro de 2017, foi realizada audiência na qual as partes fizeram as suas exposições do caso, bem como reiteraram o pedido produção de provas. O Tribunal Arbitral deferiu a realização de prova pericial de engenharia e contábil. Em 11 de outubro de 2018 o perito nomeado pelo Tribunal apresentou o Laudo Pericial. Em dezembro de 2018, as partes apresentaram suas respectivas manifestações sobre o Laudo Pericial. O perito então, em 16 de maio de 2019 apresentou complemento ao seu trabalho seguido de novas manifestações das partes em 9 de agosto de 2019. Nesta mesma data, as partes arrolaram as testemunhas que pretendem ouvir em audiência.

10.2 Óleo e Gás

Em 6 de julho de 2015, a subsidiária indireta Seaworthy alienou a totalidade das ações que detinha em três navios-sonda à Sete International One GmbH (“Sete International One”), acionista controladora das SPEs, conforme detalhado no item “b”.

Em 30 de outubro de 2015, a subsidiária indireta Seaworthy e a Sete International Two GmbH (“Sete International Two”) assinaram um compromisso irrevogável e irretratável segundo o qual a Sete International Two se comprometeu a adquirir, a totalidade das ações de Itapema e Comandatuba ora detidas pela Seaworthy. Este compromisso está condicionado à obtenção de anuência da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, dos credores do Bridge Facility Agreement 4, para quem estas ações estão dadas em garantia, bem como dos credores da Sete International Two e outras empresas do Grupo Sete, signatários de um Instrumento de Assunção de Obrigação de Não Fazer (Standstill). Tais anuências não foram obtidas até o momento.

(a) Carta fiança Óleo e Gás

A OAS Investimentos possui um valor de R\$ 78.890 de notas promissórias *pro soluto* a pagar para a Óleo e Gás. Tais notas promissórias deveriam ser resgatadas por dinheiro à medida em que a Óleo e Gás necessitasse de capital para fazer frente a seus investimentos, na forma estipulada em Acordo de Investimentos.

Essas notas promissórias foram garantidas por carta de fiança à primeira solicitação (*on first demand*) emitida pelo Banco Safra S.A. (“Banco Safra”), válida até 14 de janeiro de 2015, sendo obrigação da OAS Investimentos apresentar nova carta de fiança antes de 30 dias do vencimento da fiança anterior, o que não foi feito e ocasionou o vencimento antecipado destas notas promissórias. Diante do inadimplemento da Companhia, a OAS Óleo e Gás executou extrajudicialmente a carta de fiança do Banco Safra no dia 30 de dezembro de 2014.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 6 de janeiro de 2015, o Banco Safra propôs medida cautelar, com pedido de liminar, em face da OAS Óleo e Gás e da OAS Investimentos, solicitando a suspensão temporária da exigibilidade da carta de fiança, até o julgamento final da ação ordinária a ser proposta. A justiça, então, concedeu a liminar neste sentido, mas requereu o depósito judicial pelo Banco Safra de caução no valor da fiança bancária, o que foi feito. A OAS Óleo e Gás se insurgiu contra a decisão liminar e atualmente tenta revertê-la no Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Em 23 de abril de 2015, o Banco Safra propôs ação ordinária, em que, em linhas gerais, pede a exoneração de qualquer obrigação decorrente do contrato de fiança ou, subsidiariamente, a resolução da fiança por onerosidade excessiva. A OAS Investimentos e a OAS Óleo e Gás apresentaram suas contestações, mas ainda não houve decisão judicial nesta ação, em que o mérito da demanda será decidido.

Em 02 de maio de 2017, a juíza da 47ª Vara Cível da Comarca da Capital proferiu sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pelo Banca Safra na ação ordinária e na ação cautelar. O Banco Safra tenta reverter tal decisão na 19ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro mediante recurso de apelação.

Paralelamente, o Banco Safra apresentou, perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, requerimento autônomo de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação, buscando a suspensão dos efeitos da sentença proferida pela juíza da 47ª Vara Cível da Comarca da Capital. Em 31 de outubro 2017, a 19ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça confirmou a decisão monocrática proferida pelo Desembargador Relator, que deferiu o efeito suspensivo postulado, para novamente suspender a exigibilidade da carta de fiança. O deferimento da atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação, que novamente suspendeu a exigibilidade da carta de fiança, fez com que a Companhia alterasse a sua expectativa com relação ao prazo para a sua cobrança, o que resultou no provisionamento do valor de R\$ 78.890 no exercício de 2017.

Alienação de investidas

Em 06 de julho de 2015, a controlada indireta Seaworthy celebrou contratos de compra e venda com a Sete International, alienando a totalidade das ações de emissão de Cassino, Salinas e Curumim, então detidas por elas. Os valores da venda montam US\$ 27.647, equivalentes a aproximadamente R\$ 86.897, os quais serão corrigidos pela taxa de juros de 8,15% a.a. da data da venda até a sua liquidação financeira, conforme abaixo demonstrado, tendo com vencimento o dia 31 de agosto de 2015:

SPE	Valor de venda em US\$	Valor de venda aproximado em R\$ (*)
Cassino	15.185	47.728
Salinas	6.146	19.317
Curumim	6.316	19.852
	<u>27.647</u>	<u>86.897</u>

(*) Taxa de câmbio de R\$ 3,1431, em 06 de julho de 2015.

Até 31 de dezembro de 2015, a Sete International One não havia liquidado as suas obrigações financeiras decorrentes dos contratos de compra e venda. Diante disto, a Administração da Seaworthy vem adotando medidas administrativas para o recebimento dos valores das vendas, assim como avalia a adoção de alternativas jurídicas para a satisfação do crédito.

Em razão das circunstâncias comentadas acima, a Seaworthy realizou o provisionamento de todo o saldo a receber, que em 31 de dezembro de 2015 correspondia a R\$ 94.866.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Recuperabilidade dos investimentos nas SPEs

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração da OAS Óleo e Gás avalia que a recuperação dos recursos aplicados em Cassino, Curumim e Salinas dependem do cumprimento por parte da Sete International One das suas obrigações financeiras decorrentes dos contratos de compra e venda das ações desses SPEs, enquanto que a recuperação dos investimentos feitos em Itapema e Comandatuba depende da satisfação das condições suspensivas e da obrigação de pagamento pela Sete Internacional Two, no contexto de venda dessas participações, ou ainda pelas receitas futuras a serem geradas pelas suas operações, caso a venda não se efetive.

As investidas Itapema e Comandatuba estão em fase pré-operacional e continuarão a depender de suporte financeiro dos seus acionistas e de recursos de terceiros. Neste aspecto, a controladora indireta das SPEs, Sete Brasil, está liderando as negociações com instituições financeiras para a contratação de linhas de financiamento de longo prazo que assegurem um fluxo financeiro capaz de garantir o pagamento tempestivo do contrato de construção desses navios (EPC) e de outras obrigações correlatas.

Contudo, a demora na obtenção destes financiamentos, não só para essas SPEs, mas também para as demais que a Sete Brasil controla (são 29 SPEs no total), ocasionou inadimplementos com os estaleiros contratados, inclusive com o Estaleiro Enseada, responsável pela construção de um total de 6 sondas, incluindo Itapema e Comandatuba.

Neste sentido, o Estaleiro Enseada enviou carta às SPEs Itapema e Comandatuba relatando que paralisou as operações de construção das sondas.

Assim, a Administração da OAS Óleo e Gás entende que, no cenário atual, há uma dúvida razoável quanto à capacidade de Itapema e Comandatuba virem a gerar benefícios econômicos futuros suficientes para recuperar os valores investidos por sua controladora indireta Seaworthy.

Em vista do anterior, e considerando a situação financeira delicada da Sete Brasil e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme amplamente divulgado pela mídia, a Administração da OAS Óleo e Gás entende que, no cenário atual, existem incertezas significativas acerca da capacidade da Sete International One e da Sete International Two honrarem os compromissos financeiros assumidos nos contratos de compra e venda das SPEs Cassino, Curumim e Salinas e das SPEs Itapema e Comandatuba, respectivamente, estes últimos ainda sujeitos a condições suspensivas.

Desta forma, a Administração da OAS Óleo e Gás decidiu reconhecer uma perda por desvalorização em montante correspondente à totalidade dos investimentos detidos nas SPEs Itapema e Comandatuba, no montante de R\$ 16.884, bem como pela totalidade dos recebíveis emergentes dos contratos de compra e venda das SPEs Cassino, Curumim e Salinas, conforme mencionado no item (c). A OAS Óleo e Gás continuará a monitorar a situação, envidando seus melhores esforços no sentido de encontrar alternativas para a rentabilização dos investimentos feitos.

10.3 Arena Porto Alegre

Considerando o redimensionamento das atividades e o Plano de Recuperação Judicial, o Grupo OAS pretende desmobilizar parcialmente suas atividades de exploração e gestão de arenas multiuso, transferindo definitivamente a gestão da Arena Porto Alegre ao Grêmio. A transferência da Arena Porto Alegre ao Grêmio se dará mediante pagamento do preço simbólico de aquisição correspondente a R\$ 1,00 (um real), tendo em vista os diversos benefícios e vantagens a serem obtidos pelo Grupo OAS. Pelo exposto, efetuou-se registro de perda por redução ao valor recuperável ("*impairment*") do ativo não circulante mantido para venda da Arena Porto Alegre no montante de R\$ 480.994.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10.4 Enseada Indústria Naval

Em 31 de dezembro de 2016, a Enseada apresentou capital circulante negativo (consolidado), cujo desequilíbrio no capital de giro foi causado pelos atrasos nos recebimentos dos contratos celebrados com empresas controladas da Sete Brasil, e pela excessiva demora por parte do seu outro cliente PNBV para aprovar diversos pleitos e serviços adicionais, o que impactou no cronograma de pagamento dos fornecedores.

Enseada possui montante considerável de contas a receber vencido junto ao seu cliente Sete Brasil, classificados no ativo não circulante. Tendo em vista o pedido de recuperação judicial solicitado por este cliente, a Enseada avalia que poderá ter perdas em relação aos citados créditos. No entanto, como o plano de reestruturação da Sete Brasil ainda não é conhecido, não há condições de prever seus impactos no resultado da investida. Apesar da inadimplência unilateral do seu cliente, a Enseada continuou performando parte dos trabalhos relacionados a construção das sondas, apresentando as respectivas medições de serviços realizados até a efetiva interrupção do contrato, as quais foram majoritariamente glosadas pelo cliente. Diante da falta de aprovação formal, a investida deixou de registrar tais medições que são estimadas em aproximadamente R\$ 1,0 bilhão e informou que está tomando providências legais para fazer valer seus direitos sobre esse montante ainda não reconhecido em suas demonstrações contábeis.

A Enseada possui plano de negócios com ações definidas para conquista de mercado de construção de FPSOs (*Floating Production Storage and Offloading*) e de barcos de apoio ao longo dos próximos anos. A Administração da investida entende que as premissas deste plano são factíveis de realização e reconhecem que o seu eventual insucesso poderá ter impacto em sua premissa de continuidade.

10.5 Solace

Em razão das incertezas relacionadas à continuidade do projeto e continuidade do investimento Porto 2016, subsidiária integral da Solace, a Administração decidiu por constituir perda estimada para redução ao valor recuperável na totalidade do seu investimento na Solace.

10.6 Subsidiárias com participações significativas de não controladores

A seguir estão apresentadas as informações das subsidiárias com participações significativas de não controladores:

	Participação dos não controladores		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Resultado do período	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Construtora OAS - GE	40,00%	40,00%	(93.519)	(95.517)	4.336	(67.445)
Construtora OAS - Ghana	30,00%	30,00%	14.388	11.637	3.992	5.134
Construtora OAS Qatar	51,00%	51,00%	3.594	3.449	-	-
FIP OASE	21,05%	21,05%	(150.620)	(131.453)	(19.167)	(34.697)
OASE	20,00%	20,00%	(25.564)	(12.276)	(22.615)	(17.834)
Edificações Itaigara	49,90%	49,90%	(1.085)	(1.096)	10	78
Outros			(15.808)	(15.086)	(722)	(260)
			<u>(268.614)</u>	<u>(240.342)</u>	<u>(34.166)</u>	<u>(115.024)</u>

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

Consolidado	2019		2018		Taxas médias de depreciação (% a.a.)
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Terrenos	9.887	-	9.887	9.824	
Máquinas e equipamentos	368.793	(327.767)	41.026	76.412	10
Equipamentos de informática	31.516	(30.777)	739	2.540	20
Móveis e utensílios	52.303	(39.695)	12.608	17.959	10
Veículos	84.785	(83.280)	1.505	5.503	20
Outros	51.132	(29.824)	21.308	12.478	
(-) Impairment	(80.293)	52.349	(27.944)	(25.741)	
Total	518.123	(458.994)	59.129	98.975	

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado consolidado:

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	98.975	184.600
Aquisições	5.336	4.653
Baixas, líquidas de depreciação	(23.369)	(31.328)
Variação cambial	(407)	9.707
Depreciação	(19.203)	(42.916)
(-) Impairment	(2.203)	(25.741)
Saldo final	59.129	98.975

A Companhia e suas controladas não identificaram indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2019.

12. Intangível

Consolidado	2019		2018	
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Software	43.311	(35.383)	7.928	4.030
Ativo qualificável	63.470	(63.470)	-	-
Outros	1.065	-	1.065	6.601
Total	107.846	(98.853)	8.993	10.631

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo intangível consolidado:

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	10.631	14.360
Aquisições	1.070	14
Baixas, líquidas de amortização	(198)	(252)
Variação cambial	(353)	(340)
Amortização	(2.157)	(3.151)
Saldo final	8.993	10.631

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Outros ativos e passivos financeiros

13.1. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	-	23
Aplicações financeiras vinculadas a debêntures (a)	-	-	1.031.398	966.325
Certificado do Tesouro Nacional	-	41.180	-	41.180
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos	-	-	14.905	15.990
Subtotal	-	41.180	1.046.303	1.023.518
(-) Debêntures (nota 13.3) (a)	-	-	(1.031.133)	(966.060)
Total	-	<u>41.180</u>	<u>15.170</u>	<u>57.458</u>
Circulante	-	-	265	288
Não circulante	-	41.180	14.905	57.170
Total	-	<u>41.180</u>	<u>15.170</u>	<u>57.458</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2019, a Sucursal Bolívia possui aplicação financeira em Debêntures emitidas pela Companhia no montante de R\$ 1.031.133 (31 de dezembro de 2018 R\$ 966.060), saldo este apresentado líquido no consolidado.

Refere-se à constituição de uma conta reserva à título de garantia a ser preenchida com saldo não inferior ao montante equivalente a soma das prestações de amortizações do principal e juros do contrato de empréstimo da controlada indireta Arena das Dunas junto ao BNDES, vencíveis nos 3 meses imediatamente subsequentes (Nota 13.2). A aplicação financeira é remunerada por uma taxa equivalente a aproximadamente 100% do CDI, com resgate restrito ao vencimento da dívida, que ocorrerá em 2026.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13.2. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	Ano de vencimento	Controladora	
				2019	2018
<u>Empréstimos</u>					
Capital de giro	R\$ e USD	CDI + 2,30% a CDI + 3,00% e Libor + 2,00% e 1,00% e 13,00%	de 2025 à 2040	-	63.070
Seguro garantia / fiança bancária	R\$	13,00%	de 2017 à 2040	224.891	224.669
<u>Financiamentos</u>					
Leasing financeiro	R\$	Pré-fixado: de 3,50% a 8,00%	2020	961	5.346
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA	R\$	Pré-fixado: de 2,50% a 7,30% e TJLP + 7,00%	de 2020 a 2022	11.196	42.488
Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME	R\$	13,00%	2020	125	9.229
Demais financiamentos de ativo fixo	R\$		2020	66	70
Subtotal				237.239	344.872
Ajuste a valor presente				(23.904)	(43.110)
Total				213.335	301.762
Circulante				12.348	23.008
Não circulante				200.987	278.754
Total				213.335	301.762
<u>Consolidado</u>					
	Moeda	Encargos financeiros anuais	Ano de vencimento	2019	2018
<u>Empréstimos</u>					
Capital de giro	R\$, USD e S/.	CDI+2,30% a CDI+5,92%, pré-fixado 1,75% a 10%, Libor + 2,00% e Libor 6M+1,43% e 1,00% e 13,00%	de 2020 à 2021	76.732	168.164
Conta garantida	R\$	128% CDI a CDI+8,75% e 1,00% e 13,00%	de 2020 à 2021	6.130	12.785
Seguro garantia / fiança bancária	R\$ e S/.	13,00%	de 2020 à 2021	738.590	670.469
<u>Financiamentos</u>					
Leasing financeiro	R\$, USD e S/.	CDI+2,18% a CDI+4,01 e pre-fixados 2,76% a 14,39%	2020	3.056	16.467
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA	R\$	IGP-M + 4,82%	de 2020 a 2022	11.196	42.488
Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME	R\$, USD e EUR	Pré-fixado: de 2,50% a 9,50%, TJLP + 7,00% a TJLP + 10,71% e 115% CDI	2020	7.400	9.229
Financiamento de apoio à produção	R\$ e USD	Pré-fixado 1,80% a 12,70%, 120% a 152% CDI a CDI+3,36% a 6,70% e TR+9,25% a	de 2020 à 2021	215.628	276.179
Demais financiamentos de ativo fixo	R\$	Pré-fixado: de 3,04% a 12,39% e TJLP + 3,44% a TJLP + 5,10%	de 2020 à 2021	223.411	258.708
Subtotal				1.282.143	1.454.489
Ajuste a valor presente				(55.455)	(81.867)
Total				1.226.688	1.372.622
Circulante				870.998	1.039.209
Não circulante				355.690	333.413
Total				1.226.688	1.372.622

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo os saldos sujeitos ao Plano (Nota 1.1), antes e após o respectivo ajuste a valor justo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Créditos financeiros do Grupo 1	224.891	224.669	224.891	224.669
Créditos financeiros do Grupo 2	-	59.693	-	59.693
Créditos financeiros do Grupo 3	-	-	72.429	81.519
(-) Ajuste a valor presente	(23.904)	(43.110)	(55.456)	(81.867)
Subtotal	200.987	241.252	241.864	284.014
Demais créditos	12.348	60.510	984.824	1.088.608
Total	<u>213.335</u>	<u>301.762</u>	<u>1.226.688</u>	<u>1.372.622</u>
Circulante	12.348	23.008	870.998	1.039.209
Não circulante	200.987	278.754	355.690	333.413
Total	<u>213.335</u>	<u>301.762</u>	<u>1.226.688</u>	<u>1.372.622</u>

Os montantes do não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento, em 31 de dezembro de 2019:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2020	7.681	20.141
2021	16.431	27.439
2022	176	8.056
2023	76	7.082
2024	69	7.075
2025	69	124.234
A partir de 2026	200.388	217.117
Subtotal	224.890	411.144
(-) Ajuste a valor presente	(23.903)	(55.454)
Total	<u>200.987</u>	<u>355.690</u>

Conforme citado na Nota 1.1, em 17 de dezembro de 2015, a Companhia, a OASE e a OAS Finance reestruturaram suas dívidas com credores financeiros através da aprovação do Plano de Recuperação Judicial, o qual prevê a aplicação de *haircut* explícito.

Ajuste a valor presente – Créditos financeiros dos Grupos 1, 2 e 3

Com a aprovação do Plano, os créditos financeiros sujeitos à Recuperação Judicial foram novados (Notas 1.1), implicando em novas condições de prazo, taxas de juros, dentre outras, substancialmente diferentes às anteriores, de forma que as empresas recuperandas registraram a extinção dos passivos financeiros originais e reconheceram os novos passivos a valor presente, conforme previsto no CPC 38 – Instrumentos Financeiros.

Garantias

As controladas da Companhia possuem diversos empréstimos nos quais ativos reais fornecem garantia aos respectivos credores. A existência desses ativos visa à individualização do risco de crédito dos Projetos Estruturados ou SPEs, permitindo a alocação segregada de riscos assumidos pela Companhia em âmbito corporativo versus âmbito de projetos, conforme Nota 15. Dentre outros, esses ativos são basicamente representados por penhor de ações, cessão fiduciária de fluxo de recebíveis e alienação fiduciária de terrenos.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em função do inadimplemento das parcelas vencidas em abril da dívida junto ao BNDES da controlada indireta Arena Porto Alegre, os agentes repassadores da dívida executaram integralmente as garantias constantes na carta fiança. O Banco Bradesco, detentor da carta fiança, repassou aos bancos repassadores o valor total de R\$ 23.500 dividido igualmente entre os 3 bancos repassadores, para a cobertura do serviço da dívida conforme demonstrado abaixo:

- amortização de multas e juros referente às parcelas em atraso no valor de R\$ 543;
- amortização das parcelas de principal e juros vencidas até 30 de junho de 2015 no valor de R\$ 11.178; e
- amortização antecipada do principal da dívida no valor de R\$ 11.779.

Em 31 de dezembro de 2019, em decorrência da execução da garantia supra mencionada, a controlada possui saldo em aberto junto ao banco Bradesco no montante de R\$ 28.080, referente ao valor da fiança acrescido de juros e encargos. As condições e prazo para pagamento deste saldo estão inseridos no contexto das negociações com os credores.

O contrato de financiamento da controlada indireta Arena Porto Alegre inclui como obrigação especial a manutenção do índice de cobertura da dívida (ICSD) maior ou igual a 1,30 (avaliado anualmente). Em 31 de dezembro de 2016, a Arena Porto Alegre não atendeu ao referido índice. Seu descumprimento não está inserido no rol de situações que acarretariam o vencimento antecipado automático da dívida, que, por sua vez, se deu em função do inadimplemento da parcela de 15 de dezembro de 2015.

13.3. Debêntures

Empresas	2019				Total	2018
	Principal	Encargos	Custos a amortizar	Ajuste a valor justo		
<u>Controladora</u>						
OAS	1.999.154	363.457	-	(1.025.017)	1.337.594	1.563.654
Circulante					336.433	333.363
Não circulante					1.001.161	1.230.291
Total					<u>1.337.594</u>	<u>1.563.654</u>
<u>Controladas</u>						
OAS Empreendimentos	54.108	24.768	-	-	78.876	71.381
Arena das Dunas	20.942	-	(16)	-	20.926	42.820
OAS Arenas/SPE Gestão	95.461	44.846	-	-	140.307	126.764
(-) Aplicações financeiras (nota 13.1) (a)	-	-	-	-	(1.031.133)	(966.060)
Total consolidado	<u>2.169.665</u>	<u>433.071</u>	<u>(16)</u>	<u>(1.025.017)</u>	<u>546.570</u>	<u>838.559</u>
Circulante					99.802	176.039
Não circulante					446.768	662.520
Total					<u>546.570</u>	<u>838.559</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2019, a Sucursal Bolívia possui aplicação financeira em Debêntures emitidas pela Companhia no montante de R\$ 1.031.133 (31 de dezembro de 2018 R\$ 966.060), saldo este apresentado líquido no consolidado.

De acordo com o CPC 08 – Custo de transações e prêmio na emissão de títulos e valores mobiliários, os custos de transação a amortizar estão registrados como redutor do respectivo empréstimo.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo da dívida consolidada com vencimento no longo prazo tem a seguinte composição:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	após 2027	Total
Controladora								
OAS	-	-	-	-	-	-	2.362.611	2.362.611
Controladas								
SPE Gestão/OAS Arenas	9.354	9.354	9.354	9.354	9.354	9.354	84.184	140.307
Subtotal	9.354	9.354	9.354	9.354	9.354	9.354	2.446.795	2.502.918
(-) Custo da transação a amortizar	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Ajuste a valor justo	(18.294)	(18.294)	(18.294)	(18.294)	(18.294)	(18.294)	(915.254)	(1.025.017)
(-) Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	(1.031.133)	(1.031.133)
Total	(8.940)	(8.940)	(8.940)	(8.940)	(8.940)	(8.940)	500.408	446.768

A Companhia e suas controladas aprovaram a emissão das seguintes debêntures consolidadas:

Emissor	Emissão	Garantidor	Data de emissão	Data de vencimento original	Valor da emissão	Encargos financeiros	2019	2018
Controladora								
OAS	4ª Emissão (iv)	Construtora OAS/OAS Inv.	13/01/12	13/01/27	250.000	IPCA + 7,8% a.a.	-	318.383
OAS	8ª Emissão (i)	Construtora OAS	11/07/13	21/07/24	694.700	9,47% a.a.	1.031.133	966.060
OAS	11ª Emissão (ix)	Construtora OAS	17/08/18	01/02/26	103.579	13% a.a. + % Dolar	126.757	106.599
OAS	12ª Emissão (ix)	Construtora OAS	17/08/18	01/02/26	1.198.461	13% a.a.	1.204.721	1.198.461
Subtotal Controladora							2.362.611	2.589.503
Ajuste a valor presente							(1.025.017)	(1.025.849)
Total Controladora							1.337.594	1.563.654
Circulante							336.433	333.363
Não circulante							1.001.161	1.230.291
							1.337.594	1.563.654
Controladas								
OAS Empreendimentos	1ª Emissão (ii)	OAS S.A.	03/11/09	03/11/16	300.000	TR + 10,5% a.a.	78.876	71.381
Arena das Dunas	3ª Emissão (v)	OAS S.A.	08/05/12	30/05/20	79.280	IPCA + 10,4% a.a.	20.926	42.820
SPE Gestão/OAS Investimen	1ª Emissão (viii)	OAS S.A.	08/10/12	30/05/20	65.000	IPCA+10,30% a.a.	140.307	126.764
(-) Aplicações financeiras							(1.031.133)	(966.060)
Total Consolidado							546.570	838.559
Circulante							99.802	176.039
Não circulante							446.768	662.520
							546.570	838.559

Emissão com esforços restritos, com amortização no vencimento. No decorrer do 3º trimestre de 2014, a Companhia efetuou a amortização antecipada da 1ª e 5ª emissões das debêntures, com os recursos da captação dos *Senior Notes* 2021 ocorrida em julho de 2014 (Nota 13.4).

- (i) Emissão com esforços restritos e amortização semestral em 7 parcelas iguais e consecutivas, a partir da repactuação efetuada em agosto de 2013. Vencimento que se dará em 25 anos a partir da data de fechamento Invepar (Nota 1.1).
- (ii) Emissão com esforços restritos e amortização semestral em 5 anos, por meio de parcelas iguais e consecutivas, a partir do 36º mês posterior a emissão.
- (iii) Emissão privada, com amortização no vencimento que se dará em 25 anos a partir da data de fechamento Invepar (Nota 1.1).
- (iv) Emissão em 2 séries. A 1ª série será amortizada a partir de 14 de maio de 2015 em 4 parcelas trimestrais e 1 bimestral e a 2ª série será amortizada a partir de 14 de junho de 2015 em 4 parcelas trimestrais e 1 parcela mensal. O pagamento de juros é realizado trimestralmente, após uma carência de 12 meses das respectivas datas de emissões. O vencimento se dará conforme Nota 1.1 item b.1.
- (v) Emissão privada com amortização em 6 parcelas anuais e consecutivas.
- (vi) Emissão com esforços restritos e amortização em 54 parcelas mensais e sucessivas, sendo a 1ª parcela paga 6 meses após a emissão.
- (vii) Emissão com esforços restritos e amortização em 6 parcelas anuais e sucessivas, a partir do 30º mês posterior à emissão.
- (viii) Emissão em serie única, referente as notas de Refinanciamento e Prioritárias do PRJ, nota 1.1.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As emissões com esforços restritos de colocação foram efetuadas conforme a Instrução nº CVM 476/09. Não houve emissão de debêntures conversíveis em ações.

Abaixo os saldos sujeitos ao Plano, antes e após o respectivo ajuste a valor justo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Créditos financeiros do Grupo 1 (Nota 1.1)	1.331.478	1.305.060	1.471.785	1.431.824
(-) Ajuste a valor presente	(1.025.017)	(1.025.849)	(1.025.017)	(1.025.849)
Subtotal	306.461	279.211	446.768	405.975
Créditos financeiros não inseridos no PRJ	1.031.133	1.284.443	99.802	432.584
Total	<u>1.337.594</u>	<u>1.563.654</u>	<u>546.570</u>	<u>838.559</u>
Circulante	336.433	333.363	99.802	176.039
Não circulante	1.001.161	1.230.291	446.768	662.520
Total	<u>1.337.594</u>	<u>1.563.654</u>	<u>546.570</u>	<u>838.559</u>

Ajuste a valor presente - Créditos financeiros do Grupo 1

Com a aprovação do Plano, os créditos financeiros sujeitos à Recuperação Judicial foram novados (Notas 1.1), implicando em novas condições de prazo, taxas de juros, dentre outras, substancialmente diferentes às anteriores, de forma que as empresas recuperandas registraram a extinção dos passivos financeiros originais e reconheceram os novos passivos a valor justo, conforme previsto no CPC 38 – Instrumentos Financeiros.

Cláusulas restritivas

Os instrumentos particulares de escritura de emissão de debêntures possuem cláusulas restritivas determinando níveis máximos de endividamento, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer e custos a incorrer. Além desses compromissos financeiros, existem outros compromissos assumidos, dentre os quais:

- Não renovação de autorizações e licenças;
- Transformação em empresa limitada;
- Não cumprimento de decisões judiciais transitadas em julgado;
- Redução do capital social que não para absorção de prejuízos;
- Transferência ou cessão de controle acionária; e
- Alterações na estrutura societária, tais como fusões, cisões e incorporações mediante disposição de ativos relevantes.

(a) SPE Gestão/OAS Investimentos

Em decorrência do inadimplemento de algumas dívidas da garantidora OAS S.A., no dia 5 de janeiro de 2015, a Vinci representado por sua gestora, Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda., notificou a Companhia no dia 8 de janeiro de 2015 da declaração de vencimento antecipado referente às debêntures, no valor de R\$ 97.236 (Em 31 de dezembro de 2016, R\$ 114.516).

Este valor corresponde ao saldo devedor na data do vencimento antecipado (R\$ 85.380) acrescido do fluxo da dívida a valor futuro pelo IPCA e trazido a valor presente pela NTN-B (“*breaking fund*”) de R\$ 11.856. O inadimplemento do valor de vencimento antecipado no prazo de 1 (um) dia útil implica nos encargos moratórios, que incluem multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de vencimento até a data do pedido de Recuperação Judicial.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, os credores financeiros da SPE Gestão, diante da novação da integralidade dos seus Créditos, serão pagos conforme detalhado abaixo e, portanto, não sujeitos a vencimento antecipado.

- (i) a OAS Arenas, assumirá integralmente a dívida da SPE Gestão, asseguradas as condições mínimas originalmente pactuadas, sem prejuízo das modificações definidas nos itens abaixo, ficando, dessa forma, a SPE Gestão e a OAS Investimentos integral e irrevogavelmente exoneradas de sua obrigação para com os credores financeiros;
- (ii) a atualização monetária das parcelas se dará pela variação do IPCA, acrescida de juros de 10,3% ao ano, os quais serão capitalizados e pagos em parcela única devida em 31 de maio de 2022; e
- (iii) haverá amortização extraordinária e compulsória de juros e principal (de forma consolidada e proporcional), na hipótese de recebimento pela OAS Arenas de dividendos da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. e da Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A.

Garantias e avais

A controlada Construtora OAS figura como fiadora da operação, enquanto a OAS Investimentos presta garantia por meio de: a) 8.531.973 ações ordinárias e 17.063.946 ações preferenciais de sua titularidade e de emissão da Invepar (“Ações Empenhadas”); b) todos os dividendos, lucros, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ou a serem distribuídos à OAS Infraestrutura, assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência de, ou relacionadas a, quaisquer das referidas Ações Empenhadas; e c) as ações derivadas das referidas Ações Empenhadas através de desdobramento, grupamento ou bonificação, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação das Ações Empenhadas e quaisquer bens ou títulos nos quais as Ações Empenhadas sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários).

13.4. Senior e Perpetual Notes

Senior Notes 2019

Em 19 de outubro de 2012, a OAS Investments GmbH, subsidiária integral da Companhia sediada na Áustria, emitiu US\$ 500 milhões (equivalente a R\$ 1.013.600, a valores da época) de *Senior Notes*, com juros pré-fixados de 8,25% a.a., não conversíveis, com pagamento de juros semestrais em 19 de abril e 19 de outubro de cada ano, e pagamento do principal no vencimento, em 19 de outubro de 2019 (“*Senior Notes*”).

Em 17 de outubro de 2013, a OAS Investments GmbH realizou a reabertura do *Senior Notes* e emitiu US\$ 375 milhões (equivalente a R\$ 825.113, a valores da época) adicionais, sobre as mesmas condições dos *Senior Notes* (“*Retap*”).

Os recursos líquidos captados com o *Senior Notes* foram destinados, aproximadamente 90% a 95% no refinanciamento de parcelas das dívidas de curto prazo com vencimento em 2012 e 2013, e no refinanciamento de parcelas das dívidas de longo prazo com vencimento no primeiro semestre de 2014. Os recursos líquidos captados com o *Retap* foram destinados para o refinanciamento de dívida de curto prazo com vencimento em 2014, e para o refinanciamento de dívidas de longo prazo com vencimentos em 2014 e 2015.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Antes de 19 de outubro de 2016, a OAS Investments GmbH poderá resgatar o *Senior Notes* por 100% do valor do saldo devedor, com juros acumulados, mais prêmio de *make-whole* a ser calculado nos termos da escritura. Depois de 19 de outubro de 2016, a OAS Investments GmbH poderá resgatar o *Senior Notes* pelo valor do saldo devedor, com juros acumulados.

O *Senior Notes* foi registrado para negociação na Irish Stock Exchange (Bolsa da Irlanda) e é regido pela legislação do Estado de Nova York (EUA). O *Senior Notes* somente pode ser negociado por investidores institucionais qualificados (QIBs), nos termos da *Regulation S* e da Regra 144A do *Security Act*.

Nos termos da escritura de emissão (*indenture*) do *Senior Notes* existem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

A cláusula restritiva financeira consiste na divisão da soma dos EBITDAs ajustados das entidades garantidoras, pelo resultado financeiro líquido somado destas entidades. O descumprimento desta cláusula não configura quebra das obrigações contratuais do *Senior Notes*, e tão somente limita a capacidade de endividamento líquido adicional, investimentos, e transações adicionais com partes relacionadas das entidades garantidoras da operação, não comprometendo as transações atualmente em vigor ou futuras não incrementais.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não cumpriu o índice de cobertura do serviço da dívida. Em virtude do não pagamento de dívidas e descumprimento de *covenants*, a Companhia vem apresentando o saldo dessa dívida no passivo circulante.

Os *Senior Notes* contam com garantia corporativa da Companhia, da Construtora OAS e da OAS Investimentos.

Perpetual Notes

Em 18 de abril de 2013, a OAS Finance Limited, subsidiária integral da Companhia sediada nas Ilhas Virgens Britânicas, emitiu US\$ 500 milhões (equivalente a R\$ 1.007.300, a valores da época) de *Perpetual Senior Notes*, com juros pré-fixados de 8,875% conversíveis, com pagamento de juros trimestrais em 25 de abril, 25 de julho, 25 de outubro e 25 de janeiro de cada ano, e principal perpétuo ("*Perpetual Senior Notes*"). O primeiro pagamento de juros ocorreu em 25 de julho de 2013, e a cada período de 5 anos, contados da data de emissão, ocorrerá a reprecificação da nova taxa de juros para a emissão, por meio da aplicação do prêmio de 8,186% a.a. sobre o Yield do papel do Título do Tesouro dos EUA para o prazo de 5 anos, apurados em cada data de reprecificação.

Os recursos líquidos captados com o *Perpetual Senior Notes* foram destinados: (i) aproximadamente US\$ 300 milhões no financiamento de investimento em capital em projetos de infraestrutura a serem realizados nos próximos anos, e (ii) o restante no refinanciamento de dívida de curto e longo prazo da OAS com a Caixa Econômica Federal, e no refinanciamento de dívida de curto e longo prazo da OAS Empreendimentos.

A partir de 25 de abril de 2018, a OAS Finance Limited poderá resgatar o *Perpetual Senior Notes* por 100% do valor saldo devedor, com juros acumulados, a ser calculado nos termos da escritura. O *Perpetual Senior Notes* foi registrado para negociação na Irish Stock Exchange (Bolsa da Irlanda) e é regido pela legislação do Estado de Nova York (EUA). O *Senior Notes* somente pode ser negociado por investidores institucionais qualificados (QIBs), nos termos da *Regulation S* e da Regra 144A do *Security Act*.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Nos termos da escritura de emissão (*indenture*) do *Perpetual Senior Notes* existem cláusulas restritivas não financeiras. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não cumpriu adequadamente todas as cláusulas e/ou condições dos referidos contratos e em virtude do não pagamento de dívidas e descumprimento de *covenants*, a Companhia vem apresentando o saldo dessa dívida no passivo circulante.

O *Perpetual Senior Notes* conta com garantia corporativa da Companhia, da Construtora OAS S.A. e da OAS Investimentos.

Senior Notes 2021

Em 2 de julho de 2014, a OAS Finance Limited, subsidiária integral da Companhia sediada nas Ilhas Virgens Britânicas, emitiu US\$ 400.000 (equivalente a R\$ 885.360, a valores da época) de *Unsecured Senior Notes*, com juros pré-fixados de 8,00% a.a., não conversíveis, com pagamento de juros semestrais em 2 de janeiro e 2 de julho de cada ano, e principal com vencimento em 2 de julho de 2021 (“Senior Notes 2021”).

Os recursos líquidos captados com o *Senior Notes 2021* foram destinados (i) aproximadamente 90% a 95% no pagamento de endividamento com vencimentos a partir de 2015; e (ii) o restante para financiamento de fins gerais.

A OAS Finance Limited poderá resgatar o *Senior Notes 2021*: (i) a partir de 2 de julho de 2018 por 104% do valor saldo devedor, (ii) a partir de 2 de julho de 2019, por 102% do valor saldo devedor, com juros acumulados, a ser calculado nos termos da escritura; e (iii) a partir de 2 de julho de 2020, por 100% do valor saldo devedor, com juros acumulados, a ser calculado nos termos da escritura.

O *Senior Notes 2021* foi registrado para negociação na Irish Stock Exchange (Bolsa da Irlanda) e é regido pela legislação do Estado de Nova York (EUA). O *Senior Notes 2021* somente pode ser negociado por investidores institucionais qualificados (QIBs), nos termos da Regulation S e da Regra 144A do Security Act.

No dia 2 de janeiro de 2015, a OAS Finance (emissora do Bond 2021) e as garantidoras OAS, Construtora OAS e OAS Investimentos não realizaram o pagamento de juros da dívida, totalizando aproximadamente US\$ 16 milhões. O não pagamento dos juros no prazo de 30 dias, contados a partir de 2 de janeiro de 2015, configurou evento de inadimplência nos termos da escritura dos *Senior Notes* com vencimento em 2021.

A Companhia não cumpriu adequadamente todas as cláusulas e/ou condições dos referidos contratos. Em virtude do não pagamento da dívida e do descumprimento dos *covenants*, a Companhia vem apresentando o saldo dessa dívida no passivo circulante.

O *Senior Notes 2021* conta com garantia corporativa da Companhia, da Construtora OAS e da OAS Investimentos.

Vencimento antecipado

Em virtude do não pagamento de dívidas e consequente rebaixamento de *ratings* (Nota 1.2), ocorreu o vencimento antecipado de uma série de operações financeiras que continham previsão de *cross-default*, diante de tais fatos a Companhia e suas controladas procederam a reclassificação dos saldos de algumas de suas dívidas para o passivo circulante.

Emissão Senior Notes (Grupo 2 – Plano de Recuperação Judicial)

Em 30 de abril de 2019, a OAS Restructuring BVI Limited, concluiu a emissão de duas *Senior Notes*, a primeira de USD 175.020 com vencimento em 2026 e taxa anual de 13% e a segunda emissão no valor de R\$ 725.000 com vencimento em 2036 e taxa anual de 5%.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação contábil

As movimentações do *Senior Notes*, *Retap* (ambos “datados”) e *Perpetual Notes* (“perpétuo”), em conjunto, estão demonstradas a seguir:

	Consolidado				Total
	Datados	Perpétuo	2026	2035	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.730.165	1.367.773	-	-	6.097.938
Juros	357.871	106.732	-	-	464.603
Subtotal	5.088.036	1.474.505	-	-	6.562.541
Amortização dos custos de transação	17.262	3.826	-	-	21.088
Varição cambial	641.859	339.289	-	-	981.148
Circulante	5.522.798	1.547.570	-	-	7.070.368
Não circulante	224.569	270.308	-	-	494.877
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.747.367	1.817.878	-	-	7.565.245
Emissão de <i>Senior Notes</i>	-	-	725.000	690.506	1.415.506
Amortização pela alienação Invepar	-	-	(527.643)	(502.539)	(1.030.182)
Amortização	-	-	(138.758)	(132.157)	(270.915)
Juros	28.737	9.089	3.625	3.453	44.904
Subtotal	5.776.104	1.826.967	62.224	59.263	7.724.558
Extinção de passivos financeiros	(5.491.821)	(1.699.223)	-	-	(7.191.044)
Amortização do ajuste a valor presente	(210)	(258)	-	-	(468)
Varição cambial	(284.073)	(127.486)	(25.187)	(23.988)	(460.734)
Subtotal	-	-	37.037	35.275	72.312
Circulante	-	-	-	-	-
Não circulante	-	-	37.037	35.275	72.312
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	37.037	35.275	72.312

A extinção de passivos financeiros gerou um ganho no montante de R\$ 7.191.044, nota 26

13.5. Valor justo

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019.

Hierarquia de valor justo	Saldos em 31/12/19				
	Controladora		Consolidado		
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	2	457	457	67.528	67.528
Aplicações financeiras	2	-	-	15.170	15.170
Contas a receber de clientes	N/A	88.893	88.893	638.826	638.826
Outros ativos	N/A	1.240	1.240	77.902	77.902
Passivos financeiros					
Fornecedores	2	77.969	77.969	1.037.372	1.037.372
Empréstimos e financiamentos	2 e 3	213.335	213.335	1.226.688	1.226.688
Senior e perpetual notes	2 e 3	-	-	72.312	72.312
Debêntures	2 e 3	1.337.594	1.337.594	546.570	546.570
Outros passivos	N/A	32.200	32.200	843.254	843.254

- O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações se aproximam do seu valor de mercado.
- Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pelo Grupo com base em parâmetros como taxas de juros, fatores de riscos específicos de cada país, credibilidade individual do cliente e as características de risco do projeto financiado. Com base nessa avaliação, são constituídas provisões para fazer face às perdas esperadas nesses valores a receber. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor contábil desses valores a receber, líquido das provisões, se aproxima de seu valor justo.
- Os valores justos dos passivos financeiros com cotação no mercado secundário são baseados nos preços na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Se o mercado de um passivo financeiro não estiver listado, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares ou a análise de fluxos de caixa descontados.

Hierarquia de valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

14. Fornecedores

Parte do saldo a pagar a fornecedores está sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, tendo sido novados pelo Plano nas classes de credores (i) Créditos dos fornecedores da OAS/COAS, (ii) Créditos dos fornecedores da OASE e OAS Imóveis, (iii) Créditos ME/EPP da OAS e COAS, (iv) Créditos ME/EPP da OASE e OAS Imóveis (Nota 1.1), conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Créditos de fornecedores sujeitos ao Plano (Nota 1.1)	42.596	48.919	221.657	275.499
(-) Ajuste a valor presente	(4.457)	(7.468)	(25.620)	(42.997)
Subtotal	38.139	41.451	196.037	232.502
Demais créditos	39.830	67.817	841.335	787.377
Total	<u>77.969</u>	<u>109.268</u>	<u>1.037.372</u>	<u>1.019.879</u>
Circulante	60.459	80.201	909.810	844.497
Não circulante	17.510	29.067	127.562	175.382
Total	<u>77.969</u>	<u>109.268</u>	<u>1.037.372</u>	<u>1.019.879</u>

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ajuste a valor presente – Créditos de fornecedores da OAS / COAS / OASE e OAS Imóveis

Com a aprovação do Plano, no exercício de 2015, os créditos dos fornecedores sujeitos à Recuperação Judicial foram novados (Notas 1.1), implicando em novas condições de prazo, taxas de juros, dentre outras, substancialmente diferentes às anteriores, de forma que a Companhia e a Construtora OAS registraram a extinção dos passivos financeiros originais e reconheceram os novos passivos a valor presente, conforme previsto no CPC 38 – Instrumentos Financeiros. Em 31 de dezembro de 2019 o referido ajuste a valor presente na Companhia e consolidado montam R\$ 4.457 e R\$ 25.620, respectivamente e foram reconhecidos em contrapartida ao resultado financeiro (Nota 26). No exercício de 2019, foi apropriado os montantes R\$ 3.011 e R\$ 17.376 na Controladora e Consolidado, respectivamente, na rubrica de despesa financeira (Nota 26).

15. Projetos estruturados

As dívidas de Projetos Estruturados do Grupo OAS caracterizam-se por financiamentos à Sociedades de Propósito Específico (SPEs), na modalidade “Projeto Estruturado”, os quais são concedidos, primordialmente, com base na capacidade de geração de caixa de determinada SPE. Tais financiamentos permitem a individualização do risco de crédito, uma vez que são estruturados sem direito de regresso contra os acionistas da SPE.

Essa estratégia de estruturação de financiamentos em SPEs, adotada pela Companhia, permite a alocação segregada de riscos assumidos pela Companhia no âmbito corporativo versus âmbito de projetos.

Quando são concedidas garantias da Companhia à SPE, essas operações são, majoritariamente, formalizadas por meio de contratos de suporte de aporte de capital contingente, com condições específicas de cobertura e limite de valores. É negociada também, junto aos financiadores, a liberação automática dessas obrigações à medida que o risco inerente à SPE diminua com o tempo e com o avanço do projeto, tendo como objetivo a liberação completa das garantias no momento em que a SPE se torna operacional. As SPEs controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia que se enquadram no conceito de Projeto Estruturado são: Arena das Dunas, Arena Porto Alegrense e algumas SPEs da OAS Empreendimentos.

	2019
<u>Empréstimos e financiamentos</u>	
Arena das Dunas	225.456
OAS Empreendimentos	190.809
Subtotal Empréstimos	416.265
<u>Debêntures</u>	
Arena das Dunas	20.926
SPE Gestão/OAS Investimentos	140.307
OAS Empreendimentos	78.876
Subtotal Debêntures	240.109
Total	656.374

	Projetos estruturados		
	Consolidado	Saldo	Participação %
Empréstimos e financiamentos	1.226.688	416.265	34%
Debêntures	546.570	240.109	44%
Dívida bruta	1.773.258	656.374	37%

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receita diferida

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Clientes	-	-	-	6.396
Consórcios	93	93	372.088	383.869
Total	93	93	372.088	390.265
Circulante	-	-	267	2.126
Não circulante	93	93	371.821	388.139
Total	93	93	372.088	390.265

A receita diferida refere-se ao faturamento antecipado de contratos de construção em curso, sendo liquidado mediante o progresso dos projetos, mensurado na proporção dos custos incorridos em relação aos custos orçados.

17. Imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	5.758.279	(1.445.568)	5.742.666	(1.524.182)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(1.957.815)	491.493	(1.952.506)	518.222
Ajuste no lucro líquido que afetam o resultado do exercício				
<u>Adições permanentes:</u>				
Despesas não dedutíveis	-	-	(131)	(19.951)
Reserva de reavaliação	-	-	-	(29)
Equivalência patrimonial	(17.602)	(50.379)	(2.059.267)	229
Lucro no exterior	-	-	-	-
Reversão do efeito do prejuízo das investidas no exterior	-	-	(1.067.584)	397.595
<u>Exclusões permanentes:</u>				
Equivalência patrimonial	2.049.819	1.921	2.056.909	(834)
Reversão do efeito do lucro presumido das investidas	-	-	(394)	(698)
Reversão do efeito do lucro das investidas no exterior	-	-	3.170.964	5.848
Tributação das investidas optantes pelo lucro presumido	-	-	(651)	(328)
Tributação das investidas no exterior	-	-	(7)	(3.207)
(-) Imposto de renda e contribuição social não reconhecidos	52.469	(519.262)	71.089	(1.006.922)
Outros	(687.147)	10.753	(829.703)	8.191
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(560.276)	(65.474)	(578.829)	(101.884)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(11.158)	(18.255)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(560.276)	(65.474)	(567.671)	(83.629)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(560.276)	(65.474)	(578.829)	(101.884)

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativos				
Provisão para perda em investimentos	1.526.636	1.592.546	2.161.017	2.229.406
Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa	479	479	123.410	119.856
Diferença entre regimes - lucro real/presumido	-	-	1.046	1.018
Prejuízo fiscal e base negativa	457.292	443.852	1.139.636	1.121.691
Outras provisões temporárias	62.969	97.341	209.777	264.895
Subtotal	2.047.376	2.134.218	3.634.886	3.736.866
(-) Provisão para não realização de IR/CS diferido	(1.983.928)	(2.036.398)	(3.388.722)	(3.451.720)
(-) Compensação com o passivo	(63.448)	(97.820)	(242.574)	(283.784)
Total	-	-	3.590	1.362
Passivos				
Lucro diferido de obras	-	-	53.272	54.820
Lucro diferido na alienação de investimento	-	-	28.925	28.925
Baixa de deságio	6.297	6.297	6.297	6.297
Ativos qualificáveis	-	-	-	-
Ajuste a valor presente	358.141	365.978	370.221	378.058
Diferença entre regimes - lucro real / lucro presumido	-	-	832	1.010
Outras provisões temporárias	547.686	13.944	690.028	156.344
Subtotal	912.124	386.219	1.149.575	625.454
(-) Compensação com o ativo	(63.448)	(97.820)	(242.574)	(283.784)
Total	848.676	288.399	907.001	341.670

Tendo em vista as incertezas relacionadas ao plano de recuperação judicial, conforme Nota 1.1, a Companhia e suas controladas, conservadoramente, constituíram provisão para não realização dos saldos de ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 1.983.928 e R\$ 3.388.722 (Em 31 dezembro de 2018 R\$ 2.036.398 e R\$ 3.451.720), respectivamente.

Para fins de apresentação do balanço patrimonial, os ativos e passivos diferidos de mesma natureza são apresentados pelo seu valor líquido, considerando a apuração por entidade legal.

18. Obrigações por compra de imóveis e incorporações

Durante o exercício ocorreram as seguintes movimentações nestas obrigações:

	Consolidado		
	Imóveis	Incorporações	Total
Saldos em 31 de dezembro 2017	120.450	68.405	188.855
Atualização monetária	550	2.279	2.829
(-) Pagamentos efetuados	(1.323)	(2.649)	(3.972)
Saldos em 31 de dezembro 2018	119.677	68.035	187.712
Atualização monetária	22.918	2.481	25.399
(-) Pagamentos efetuados	(9)	(2.377)	(2.386)
Saldos em 31 de dezembro 2019	142.586	68.139	210.725
Passivo circulante	142.493	68.139	210.632
Passivo não circulante	93	-	93
Saldos em 31 de dezembro 2019	142.586	68.139	210.725

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Acordo global órgãos públicos

Acordo de Leniência

A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram em 14 de novembro de 2019, acordo de leniência com o Grupo OAS, investigado no âmbito da Operação Lava Jato.

Em função deste acordo, o Grupo assume o compromisso de pagar integralmente o valor de R\$ 1.929.257.982,37 (um bilhão, novecentos vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, novecentos oitenta e dois reais e trinta e sete centavos), em parcelas anuais, atualizadas pela SELIC, com vencimento para 2047.

O Acordo estabelece a obrigatoriedade de aperfeiçoamento do atual programa de integridade do Grupo OAS, determinando seu acompanhamento e aprimoramento contínuo, inclusive com a implementação da certificação ISO 37.001, com foco na prevenção da ocorrência de ilícitos e privilegiando em grau máximo a ética e transparência na condução dos negócios das empresas.

Dentre os benefícios legais assegurados com a celebração e regular execução do Acordo está a autorização para que as empresas do Grupo OAS voltem a poder celebrar contratos com a Administração Pública.

Acordo CADE (Conselho de Administrativo de Defesa Econômica)

Em 21 de novembro de 2018, a controlada Construtora OAS firmou Termo de Compromisso de Cessação de Prática, no montante de R\$ 172.199, com prazo de 18 anos e início de pagamento a partir de dezembro de 2019 e atualizados pela taxa Selic.

Durante o exercício ocorreram as seguintes movimentações nestas obrigações:

	Consolidado		
	Leniencia	CADE	Total
Saldos em 31 de dezembro 2017	-	-	-
Acordo firmado junto ao CADE	-	172.078	172.078
Ajuste a valor presente	-	(92.568)	(92.568)
Amortização ajuste a valor presente	-	210	210
Provisão de juros	-	2.443	2.443
Subtotal	-	82.163	82.163
Desconto acordo Leniência	-	(24.929)	(24.929)
Passivo circulante	-	6.800	6.800
Passivo não circulante	-	50.433	50.433
Saldos em 31 de dezembro 2018	-	57.233	57.233
Acordo de Leniência	1.929.258	-	1.929.258
Ajuste a valor presente	(1.573.797)	-	(1.573.797)
Amortização ajuste a valor presente	3.968	2.702	6.670
Pagamento principal	-	(6.701)	(6.701)
Pagamento juros	-	(463)	(463)
Provisão de juros	26.431	8.511	34.942
Total	385.860	61.282	447.142
Passivo circulante	2.027	7.143	9.170
Passivo não circulante	383.833	54.139	437.972
Saldos em 31 de dezembro 2019	385.860	61.282	447.142

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 500 milhões de ações ordinárias de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 500.000.

Reserva de reavaliação e custo atribuído próprios e de controladas

Representam a parcela não realizada da reavaliação e do custo atribuído de terrenos, líquida dos efeitos tributários.

A parcela realizada, baseada na depreciação e alienação dos ativos reavaliados relacionados às obras civis, máquinas e equipamentos e veículos, é transferida para prejuízos acumulados, juntamente com os respectivos impostos diferidos registrados pela Companhia.

Outras resultados abrangentes

Compreende substancialmente as diferenças cambiais de conversão das operações de controladas no exterior, ganho na variação do percentual de participação em investimento e obrigações de benefícios pós-emprego.

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos anuais mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

21. Provisões

A Companhia e suas controladas possuem autos de infração e processos de natureza tributária, cível e trabalhista. Esses autos de infração e processos estão sendo contestados pelas companhias nas esferas administrativa e judicial. A Administração, tanto da Companhia quanto de suas investidas, baseada em interpretações dos seus assessores jurídicos responsáveis pela defesa das mencionadas autuações, entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face às perdas esperadas, conforme demonstrado a seguir:

Risco de perda provável:

	Consolidado	
	2019	2018
Processos tributários	488.730	476.890
Processos cíveis	152.571	117.808
Processos trabalhistas	43.657	61.053
	<u>684.958</u>	<u>655.751</u>

Movimentação das provisões tributárias, cíveis e trabalhistas:

	Consolidado				2019
	2018	Provisões	Pagamentos	Valores revertidos	
Processos tributários	476.890	14.574	-	(2.734)	488.730
Processos cíveis (i)	117.808	34.763	-	-	152.571
Processos trabalhistas (ii)	61.053	3.480	-	(20.876)	43.657
	<u>655.751</u>	<u>52.817</u>	<u>-</u>	<u>(23.610)</u>	<u>684.958</u>

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Os principais processos de natureza cível são da OAS Empreendimentos, no montante de R\$ 75.428 e são movidos por clientes decorrentes de atrasos de obras e cobranças financeiras.
- (ii) Os principais processos de natureza trabalhista são da Construtora OAS e contêm reclamações de ex-funcionários de terceirizadas (responsabilidade subsidiária/solidária), reclamações de funcionários (jornadas, danos morais, danos materiais, acidentes de trabalhos, verbas trabalhistas), ações anulatórias e ações civis públicas.

Adicionalmente, a Construtora OAS possui processos cíveis classificados com risco de perda provável, cujos valores foram considerados inestimáveis pelos assessores jurídicos devido a fase processual em que se encontram.

Risco de perda possível:

A Companhia possui processos administrativos e judiciais que se referem às causas tributárias, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 3.653.754 e R\$ 11.848.350, na Controladora e Consolidado, respectivamente em 31 de dezembro de 2019. Os assessores legais, com base em precedentes e decisões judiciais favoráveis, classificam as chances de perda como possíveis e, portanto, nenhuma provisão foi constituída por não se tratar de uma obrigação legal.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Processos tributários	926	139.147	102.514	406.789
Processos cíveis	3.651.173	81.406	11.721.320	699.816
Processos trabalhistas	1.655	13.380	24.516	149.257
Total	<u>3.653.754</u>	<u>233.933</u>	<u>11.848.350</u>	<u>1.255.862</u>

Em 2019, o total de contingências possíveis contempla processos que estão relacionados ao Acordo de Leniência assinado em 14 de novembro de 2019, conforme nota 19.

22. Obrigações de benefícios pós-emprego

A Companhia e determinadas controladas oferecem a um grupo de funcionários e inativos que efetuaram contribuições fixas para o plano de assistência médica, o direito de permanência no plano de saúde após a aposentadoria pagando o prêmio médio.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e sua controlada mantém uma provisão para o passivo atuarial referente a esse plano no montante de R\$ 1.045 e R\$ 16.777, na controladora e no consolidado, respectivamente. O passivo atuarial demonstrado foi calculado por atuário independente considerando certas premissas aplicáveis a realidade desta obrigação.

Estes saldos estão apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em rubrica do passivo não circulante denominada "Outros passivos".

	Premissas atuariais	
	2016	2015
Taxa real de reajuste anual da mensalidade	5,90%	7,22%
Taxa de inflação projetada	4,88%	6,89%
Taxa real de juros anual	4,88%	6,98%
Reajuste salarial nominal	7,60%	9,90%
Tábua de sobrevivência	AT-2000	AT-2000

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta:				
Mercado interno	261	177	478.079	561.873
Mercado externo	235	-	23.704	55.349
Total	496	177	501.783	617.222
Devoluções e cancelamentos	-	-	(456)	(640)
Impostos incidentes sobre a receita	(1)	-	(49.136)	(66.881)
Receita líquida	495	177	452.191	549.701

A Companhia analisa a receita bruta por linha de negócio. As informações, por tipo de receita, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são as seguintes:

	Engenharia	Investimentos	Consolidado
	pesada	em projetos de infraestrutura	
Receita bruta:			
Mercado interno	316.951	161.128	478.079
Mercado externo	23.704	-	23.704
Total	340.655	161.128	501.783

24. Demonstração do resultado por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Gastos com pessoal	(889)	(10.438)	(213.956)	(292.880)
Serviços de terceiros	4.980	(6.571)	(156.807)	(144.728)
Remuneração do pessoal-chave da administração (Nota 7.3)	(4.421)	(3.898)	(8.543)	(5.825)
Provisão para participação nos resultados	-	5.528	(3.354)	6.594
Gastos gerais	14.311	21.718	(41.966)	(197.130)
Aluguéis	(3)	(23)	(18.010)	(26.761)
Utilidades e serviços	(5)	(5)	(9.538)	(8.959)
Materiais de consumo e aplicação	-	(3)	(73.815)	(77.399)
Custo de mercadoria vendida	-	(34)	(23.719)	(45.336)
Depreciação e amortização	(5.525)	(11.200)	(26.504)	(44.418)
Viagens e representações	(18)	(125)	(2.640)	(5.583)
Impostos e taxas	(1.372)	(2.338)	(12.601)	(38.603)
Provisão para contingências	38.831	(41.497)	(15.784)	77.529
Baixa de contas a receber	-	-	(646)	(58.925)
(Provisão) reversão da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (Nota 5)	-	-	36.253	(391.141)
Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")	(83)	-	24.637	(34.228)
Provisão/Reversão para perda de investimentos	-	-	-	-
Acordo global órgãos públicos (Nota 19)	(1.929.258)	-	(1.929.258)	(172.199)
Outros	39.875	(8.091)	414.172	190.101
Total	(1.843.577)	(56.977)	(2.062.079)	(1.269.891)
Custos na venda de imóveis e dos serviços prestados	-	-	(393.568)	(503.092)
Despesas gerais e administrativas	(6.678)	(29.222)	(189.328)	(413.121)
Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 23)	(1.836.899)	(27.755)	(1.479.183)	(353.678)
Total	(1.843.577)	(56.977)	(2.062.079)	(1.269.891)

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisão (reversão) da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (Nota 5)	-	-	36.253	(391.141)
Baixa de contas a receber	-	-	(646)	(58.925)
Ganho (perda) de participações societárias	40.439	-	3.076	-
Resultado na venda de imobilizado	(1.819)	(9.384)	(6.590)	(5.358)
Provisão para contingências	38.831	(41.497)	(15.784)	78.050
Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")	(83)	-	24.637	(34.228)
Provisão para perda de ativos	-	-	(205)	(702)
Baixa de projetos abortados	-	-	-	(129)
Perda na realização de ativos	-	-	-	(537)
Provisão para perda em estoques	-	-	-	1.282
Acordo global órgãos públicos (Nota 19)	(1.929.258)	-	(1.929.258)	(172.199)
Despesa com obras encerradas	13.735	21.832	(14.649)	23.196
Outras	1.256	1.294	425.505	207.013
Total	<u>(1.836.899)</u>	<u>(27.755)</u>	<u>(1.479.183)</u>	<u>(353.678)</u>

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<u>Receitas financeiras</u>				
Juros recebidos ou auferidos sobre:				
Aplicações financeiras	-	-	1.306	1.711
Títulos a receber	508	58.190	106.322	5.553
Outros	955	1.132	13.102	9.358
Variação monetária/cambial ativa	11.980	26.216	59.719	165.292
Ajuste a valor presente de debêntures	-	264.206	-	-
Ajuste a valor presente de acordos orgao publico (Nota 19)	1.573.797	-	1.573.797	92.725
Ganho na reestruturação de dívidas financeiras (Nota 13.4)	61.289	-	7.191.044	-
Outras receitas	-	85	2.213	200.716
Subtotal	<u>1.648.529</u>	<u>349.829</u>	<u>8.947.503</u>	<u>475.355</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros pagos ou provisionados sobre:				
Empréstimos e financiamentos	(22.736)	(2.920)	(90.992)	(150.904)
Debêntures	(90.342)	(49.010)	9.501	44.448
<i>Sênior e Perpetual Notes</i>	-	-	(188.596)	(453.837)
Outros	(29.579)	(7.856)	(194.028)	(94.860)
Variação monetária/cambial passiva	(25.668)	(12.995)	(1.014.734)	(552.266)
Comissões, despesas e fianças bancárias	(18.748)	(28)	(24.861)	(17.891)
Ajuste a valor presente de empréstimos	(19.206)	(23.073)	(26.411)	(22.392)
Ajuste a valor presente de debêntures	(832)	(10.836)	(832)	(10.836)
Ajuste a valor presente de Sênior e Perpetual Notes	-	-	-	(442)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(3.011)	(3.649)	(17.376)	(21.056)
Ajuste a valor presente de acordos orgao publico	(3.968)	-	(6.670)	(210)
IOF	(4.028)	(672)	(4.636)	(1.180)
Outras despesas	(11)	-	(2.315)	(3.718)
Subtotal	<u>(218.129)</u>	<u>(111.039)</u>	<u>(1.561.950)</u>	<u>(1.285.144)</u>
Total	<u>1.430.400</u>	<u>238.790</u>	<u>7.385.553</u>	<u>(809.789)</u>

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Gestão de risco

As ações de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia pode estar exposta, de modo a definir limites e controles apropriados para o monitoramento desses riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A tesouraria corporativa da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios internos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado, crédito, liquidez e taxa de juros de fluxo de caixa.

A Companhia procura minimizar os efeitos desses riscos por meio de instrumentos financeiros para proteção dessas exposições. O uso de instrumentos financeiros é orientado pelas políticas da Companhia, aprovadas pela Administração, que fornece os princípios por escrito relacionados aos riscos de moeda estrangeira. A Companhia não opera nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos contratados com taxas variáveis. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras e a maior parte de seus empréstimos atrelados a taxas de juros flutuantes (majoritariamente vinculadas à variação do CDI), conforme disposto na Nota 13. As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos também estão vinculadas às variações da TJLP, IGPM e TR.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros - Consolidado

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da resolução nº 1.198/09, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% ("Possível") e 50% ("Remoto") da variável do risco considerado.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Risco	Taxa	Valor moeda original	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Passivo						
Empréstimos - TJLP	TJLP	6,20%	190.125	201.918	204.866	207.814
Empréstimos - CDI	CDI	5,95%	42.239	44.751	45.378	46.006
Empréstimos - TR	TR	0,00%	52.221	52.221	52.221	52.221
Debêntures - IPCA	IPCA	4,31%	140.307	146.349	147.859	149.370
Debêntures - CDI	CDI	5,95%	1.052.059	1.114.614	1.130.253	1.145.891
Debêntures - TR	TR	0,00%	78.876	78.876	78.876	78.876
Total			1.555.827	1.638.729	1.659.453	1.680.178
Ativo						
Aplicações financeiras	CDI	5,95%	39.511	41.860	41.273	40.686
Total			39.511	41.860	41.273	40.686
Efeito no patrimônio considerando os cenários					<u>(24.300)</u>	<u>(48.600)</u>

Para determinar o valor estimado de mercado dos instrumentos financeiros, foram utilizadas as informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. As estimativas não indicam, necessariamente, que tais instrumentos não possam ser operados no mercado diferentemente das taxas utilizadas. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado.

A Companhia tem como prática não ficar exposta aos riscos de mercado, monitorando-os constantemente, operando apenas instrumentos que lhe permitam o controle e a mitigação de tais riscos.

Risco de taxa de câmbio

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos contratados em outras moedas. Uma vez que a Companhia liquidou suas operações de derivativos (Nota 13.5), os resultados estão suscetíveis a sofrer significativas variações, resultantes da volatilidade da taxa de câmbio do dólar norte-americano, pois a parcela relativa aos seus empréstimos em moeda estrangeira não está protegida por operações de swap e/ou por ativos atrelados à mesma moeda.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira - Consolidado

Os cenários possível e remoto consideram, respectivamente, uma valorização do real em 25% e 50% frente a outras moedas, com as taxas de câmbio em 31 de dezembro de 2019.

Ativos	Risco da moeda	Taxa	Valor moeda original	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Contas a receber:						
Construtora OAS S.A. - Sucursal Argentina	R\$/ARS	0,0673	106	7	9	11
Construtora OAS S.A. - Sucursal Bolívia	R\$/USD	4,0307	29.936	120.663	150.829	180.995
Construtora OAS S.A. - Sucursal Costa Rica	R\$/CRC	0,0071	-	-	-	-
Construtora OAS S.A. - Sucursal Haiti	R\$/USD	4,0307	4.214	16.985	21.231	25.478
Construtora OAS S.A. - Sucursal Honduras	R\$/LPS	0,1639	1	-	-	-
Construtora OAS S.A. - Sucursal Peru	R\$/PEN	1,2160	9.543	11.604	14.505	17.406
Construtora OAS S.A. - Sucursal Uruguai	R\$/UYU	0,1086	-	-	-	-
Construtora OAS GE	R\$/UYU	0,1086	5.229	568	710	852
Construtora OAS Guinee	R\$/UYU	0,1086	120.736	13.112	16.390	19.668
OAS African Ltd	R\$/USD	4,0307	14.795	59.634	74.543	89.451
OIG Assets	R\$/USD	4,0307	14.702	59.259	74.074	88.889
Total				281.832	352.291	422.750

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos	Risco da moeda	Taxa	Valor moeda original	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Fornecedores:						
Construtora OAS S.A. - Sucursal Argentina	R\$/ARS	0,0673	1.027	69	86	104
Construtora OAS S.A. - Sucursal Bolívia	R\$/USD	4,0307	6.764	27.264	34.080	40.896
Construtora OAS S.A. - Sucursal Chile	R\$/CLP	0,0054	92.906	498	623	747
Construtora OAS S.A. - Sucursal Colombia	R\$/COP	0,0012	167.269	206	258	309
Construtora OAS S.A. - Sucursal Costa Rica	R\$/CRC	0,0071	274.479	1.942	2.428	2.913
Construtora OAS S.A. - Sucursal Equador	R\$/USD	4,0307	178	717	896	1.076
Construtora OAS S.A. - Sucursal Guatemala	R\$/USD	4,0307	4	16	20	24
Construtora OAS S.A. - Sucursal Haiti	R\$/USD	4,0307	186	750	938	1.125
Construtora OAS S.A. - Sucursal Honduras	R\$/LPS	0,1639	593	97	121	146
Construtora OAS S.A. - Sucursal Panama	R\$/USD	4,0307	8	32	40	48
Construtora OAS S.A. - Sucursal Peru	R\$/PEN	1,2160	99.598	121.111	151.389	181.667
Construtora OAS S.A. - Sucursal Rep. Dominicana	R\$/DOP	0,0763	772	59	74	89
Construtora OAS S.A. - Sucursal Trinidad & Tobago	R\$/T&T	0,6018	310.128	186.635	233.294	279.953
Construtora OAS S.A. - Sucursal Uruguai	R\$/UYU	0,1086	2.138.638	232.256	290.320	348.384
Construtora OAS S.A. - Sucursal Venezuela	R\$/VEN	0,0001	463.700	40	50	60
Construtora OAS S.A. - OAS LLC	R\$/CAT	1,1091	7	8	10	12
Construtora OAS S.A. - OAS South Africa	R\$/RAN	0,2876	19	5	6	8
Construtora OAS S.A. - Energy GMBH	R\$/EUR	4,5305	909	4.118	5.148	6.177
Construtora OAS S.A. - Engineering GMBH	R\$/USD	4,0307	71	286	358	429
Construtora OAS GE	R\$/UYU	0,1086	437.644	47.528	59.410	71.292
Construtora OAS Ghana	R\$/UYU	0,1086	49.284	5.352	6.690	8.028
Construtora OAS Guinee	R\$/UYU	0,1086	334.841	36.364	45.455	54.546
OAS Nacala Ltd	R\$/UYU	0,1086	370.333	40.218	50.273	60.327
OAS African Ltd	R\$/USD	4,0307	43	173	216	260
OGI Assets	R\$/USD	4,0307	47.587	191.809	239.761	287.714
Central American Investing	R\$/USD	4,0307	5.783	23.310	29.138	34.965
Total				920.863	1.151.082	1.381.299
Empréstimos em moeda estrangeira	R\$/USD	4,0307	3.960	15.961	19.951	23.942
Efeito no patrimônio considerando os cenários					<u>(163.750)</u>	<u>(327.499)</u>

Risco de crédito

Contas a receber

O risco surge da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes.

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a risco de crédito consistem, primariamente, em caixa, bancos e aplicações financeiras. Essas operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, minimizando assim os riscos.

Risco de liquidez

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas são fornecedores, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures em 31 de dezembro de 2019 estão apresentados nas Notas 13.2 e 13.3, respectivamente. As contas a pagar de fornecedores possuem vencimentos inferiores há um ano.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Índice de endividamento

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	213.335	301.762	1.226.688	1.372.622
Debêntures e <i>Senior Notes</i>	1.337.594	1.563.654	618.882	8.403.804
Total	<u>1.550.929</u>	<u>1.865.416</u>	<u>1.845.570</u>	<u>9.776.426</u>
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	457	550	67.528	75.071
Aplicações financeiras	-	41.180	15.170	57.458
Total	<u>3.926</u>	<u>45.207</u>	<u>157.474</u>	<u>206.875</u>
Dívida Líquida	1.547.003	1.820.209	1.688.096	9.569.551
Patrimônio Líquido	(5.442.272)	(10.639.256)	(5.442.272)	(10.639.256)
Índice de endividamento	<u>(0,28)</u>	<u>(0,17)</u>	<u>(0,31)</u>	<u>(0,90)</u>

28. Seguros

Concessão - Danos materiais e responsabilidade civil

As controladas da área de concessão mantêm seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil.

Riscos de engenharia e outros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuíam diversas coberturas de seguro cobrindo diversos riscos, dentre eles riscos de *property* (incêndio), riscos de engenharia, responsabilidade civil e danos materiais a veículos e equipamentos próprios.

O seguro contra riscos de engenharia visa cobrir danos materiais à própria obra e o seguro de responsabilidade civil visa cobrir danos que o processo de execução das obras ocasione involuntariamente a terceiros.

29. Contratos de concessão e de Parceria Público-Privada (“Contrato de PPP”)

As controladas indiretas Arena das Dunas, Fonte Nova e Sagua são empresas que detêm contratos de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, essas atividades são submetidas à contabilização conforme a ICPC 01 (R1). As investidas Porto Novo e TCR efetuam a prestação de serviços através de contratos de Parceria Público-Privada. Segue abaixo um breve descritivo de cada contrato:

a) Arena das Dunas

A Arena das Dunas firmou, em 15 de abril de 2012, contrato de parceria público privado, na modalidade de Concessão administrativa para reconstrução e operação do “Machadão e Machadinho”, com o Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio do Departamento de Estrada de Rodagens do Rio Grande do Norte - DER (Poder Concedente). O prazo de concessão é de 20 anos e as obras de construção foram desenvolvidas e concluídas em janeiro de 2014.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A referida concessão tem por finalidade permitir ao concessionário a demolição e remoção do “Machadão e Machadinho”, construção, manutenção e gestão da operação do Estádio das Dunas – Novo Machadão e de seu estacionamento. A concessionária explorará economicamente o Estádio das Dunas – “Arena das Dunas” e os bens móveis e imóveis que o integram.

A contraprestação pecuniária a ser paga a concessionária corresponde a um valor nominal mensal de R\$ 12.953. Deste montante, 85% correspondem à parcela fixa da contraprestação, e 15% corresponde à parcela variável da contraprestação, esta última depende de indicadores de desempenho pactuados contratualmente relacionados à operação da Arena. A parcela fixa sofrerá reduções ao longo do contrato, não ocorrendo qualquer redução e/ou acréscimo na parcela variável. Após a entrega da obra, do 1º ao 8º ano, não há redução da contraprestação fixa. Do 9º ao 12º ano de operação haverá a redução de 30% da contraprestação fixa. Do 13º ano da operação até o fim do contrato haverá a redução de 100% da contraprestação fixa, sendo mantida apenas a contraprestação variável.

A taxa utilizada na atualização do ativo financeiro é a TIR (Taxa Interna de Retorno), calculada em 18,63% (a.a).

Em 11 de julho de 2016, o Estado do Rio Grande do Norte ajuizou ação visando a suspensão dos pagamentos da contraprestação financeira do contrato 01/2011. Nesse contexto, o Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal citou a Arena das Dunas para apresentar contestação e igualmente a notificou acerca do deferimento de pedido para depositar em juízo o pagamento devido em 12 de julho de 2016.

A referida ação é fundamentada em um relatório preliminar do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (“TCE-RN”) que concluiu que o custo por assento da Arena das Dunas estaria superior ao que poderia ser considerado adequado e, portanto, estaria viciado por sobrepreço.

A Arena das Dunas apresentou esclarecimentos e documentos iniciais ao TCE-RN, bem como contestou a ação no âmbito judicial no prazo legal e recorreu das decisões liminares que autorizaram provisoriamente a suspensão dos pagamentos, de forma que em 16 de agosto de 2016, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (“TJ-RN”) reformou a decisão anterior e determinou o pagamento do equivalente a 75% da contraprestação contratada, por ser este o percentual incontroverso, conforme apontado no relatório do TCE-RN. A controlada efetuou o reconhecimento da perda do valor recuperável no fim do exercício de 2017 considerando as seguintes premissas: o não recebimento acumulado dos 25% do valor da contraprestação considerado controverso em decisão do TCE-RN mensurado em R\$ 66.338; ajuste no saldo remanescente do ativo financeiro em 25% por se tratar do possível volume de caixa não recuperável ao longo do contrato de concessão e que já foi reconhecido como recebível mensurado em R\$ 161.993. Desta forma, o valor total do ajuste no ativo financeiro considerado no teste de recuperabilidade foi de R\$ 228.331 até aquele ano. Devido a manutenção dos efeitos do não recebimento dos 25% da contraprestação no exercício de 2019, foi realizado uma perda acumulada em R\$ 42.666.

b) Fonte Nova

A Arena Fonte Nova firmou contrato de parceria público-privado na modalidade de Concessão Administrativa para reconstrução e operação do estádio Octávio Mangabeira, firmado em 21 de janeiro de 2010 com o Estado da Bahia, por intermédio da Secretária do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE (Poder Concedente). O prazo de concessão é de 35 anos e as obras de construção foram concluídas em 5 de abril de 2013.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A referida concessão tem por finalidade permitir ao concessionário recuperar o investimento feito na demolição e construção da nova arena, não coberto pela contraprestação pública. Conseqüentemente, a Arena Fonte Nova explorará economicamente a arena multiuso e os bens móveis e imóveis que o integram.

Em 12 de abril de 2016, houve o julgamento do processo TCE/000490/2010, no Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia ("TCE-BA"), no qual é parte a controlada em conjunto Arena Fonte Nova. A decisão determinou ao poder concedente a realização de estudos, no prazo de 120 dias, para adequar as cláusulas econômico-financeiras do contrato de PPP n. 02/2010 firmado com a Arena Fonte Nova, objetivando melhor salvaguarda do interesse público, em razão de irregularidades verificadas no âmbito daquele processo, cuja decisão está sujeita a recursos.

Na referida decisão, o TCE-BA determinou a continuidade do contrato e não foram concedidas as medidas cautelares que poderiam resultar na imediata redução do valor pago pelo poder concedente a título de contraprestação pública à Arena Fonte Nova, ou na vedação do pagamento de qualquer quantia a título de compartilhamento de risco de demandas. Da mesma forma, não foram cautelarmente determinadas quaisquer medidas que pudessem ensejar novas obrigações ou assunção de novos custos pela controlada em conjunto em relação ao contrato de PPP, tampouco penalidades à mesma ou aos seus administradores.

Considerando o atual estágio do processo, tendo em vista que a decisão não é definitiva, e o fato que qualquer ajuste no contrato de PPP apenas poderá ser determinado após a conclusão dos estudos recomendados na decisão do TCE-BA, a administração da Arena Fonte Nova, suportada pela avaliação de seus consultores jurídicos, entende que não é possível, neste momento, estimar eventual impacto na contraprestação pública e tampouco os potenciais desdobramentos deste processo.

Desta forma, em função das incertezas existentes, não foi constituída pela controlada em conjunto provisão para passivos ou registrado *impairment* de ativos, para refletir os potenciais desdobramentos deste processo.

c) Sagua

A Sagua é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) criada em 4 de julho de 2014, com o objetivo de prestar serviços de esgotamento sanitário no município de Guarulhos, no Estado de São Paulo. A Sagua firmou contrato de Parceria Público-Privada (PPP) para realização de transporte, tratamento e destinação final de esgoto sanitário da área urbana do referido município, por um período de 30 anos. Os investimentos, que constituem a principal obrigação e meta de desempenho da Sagua no âmbito do contrato de PPP, estão orçados em aproximadamente R\$ 1,2 bilhão.

A Sagua iniciou suas operações conforme previsto no Contrato de PPP, assumindo plenamente a operação de três Estações de Tratamento de Esgotos e adotando imediatamente as providências necessárias para a contratação dos financiamentos necessários para fazer frente aos investimentos previstos. Nesse sentido, destacam-se à época (i) a obtenção de quatro propostas firmes de instituições financeiras privadas para a concessão de empréstimo ponte no valor de R\$ 300 Milhões e (ii) o enquadramento da concessão junto ao BNDES e à Caixa Econômica Federal para a obtenção de financiamento de longo prazo ao redor de R\$ 700 Milhões.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Não obstante, meses após a assinatura do Contrato de PPP o SAAE passou a enfrentar dificuldades financeiras decorrentes especialmente do agravamento da chamada crise hídrica, maior seca experimentada nos últimos 50 anos no Estado de São Paulo, ocasionando queda no faturamento em razão da restrição no fornecimento de água, incremento de despesas para o combate às perdas de água na distribuição e concessão de descontos ao usuário para incentivar o uso racional da água.

Como consequência deste contexto, até o fechamento do presente relatório, o SAAE permanece inadimplente com relação às obrigações previstas na cláusula 23.8 e seguintes do Contrato de PPP, as quais preveem a contratação de banco centralizador para gestão da conta garantia e conta pagamento previstas no Contrato de PPP. Além disso, encontra-se em aberto o pagamento das contraprestações dos serviços prestados nos meses de janeiro a dezembro de 2016, no montante de R\$ 41.695.

Em função dos inadimplementos do SAAE, que impediam a continuidade das tratativas para obtenção dos financiamentos necessários, a partir de julho de 2015, a Sagua suspendeu suas obrigações contratuais concernentes a investimentos, conforme previsão do Contrato de PPP, Cláusula 39, preservando inalterada, entretanto, a prestação dos serviços de tratamento de esgoto.

Atualmente a Sagua, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Guarulhos ("SAAE") e a Agência Reguladora discutem os termos de um Aditivo ao Contrato de PPP, a fim de ajustar especialmente os seguintes temas: (i) inadimplência das contraprestações devidas até o momento; (ii) restrições na capacidade de pagamento do SAAE nos próximos 12 meses; (iii) consequentes ajustes no cronograma de investimentos e na curva de contraprestações; (iv) manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

d) Porto Novo

A Concessionária Porto Novo S.A., tem como objeto exclusivo, através de Contrato de Parceria Público-Privada ("Contrato de PPP"), a prestação de serviços visando a revitalização, operação e manutenção da Área de Especial Interesse Urbanístico Região do Porto do Rio de Janeiro - AEIU Portuária ("AEIU"), de acordo com o Edital de Concorrência Pública, nº 001/2010 da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento e Companhia de Desenvolvimento Urbana da Região do Porto do Rio de Janeiro - CDURP.

A Lei Municipal nº 101/2009 criou a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro. Sua finalidade é promover a reestruturação local, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região, visando a melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e a sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área. O projeto abrange uma área de 5 milhões de metros quadrados, que tem como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco, e Francisco Bicalho.

e) TCR

Em 13 de maio de 2013, a Porto Novo constituiu sua subsidiária integral TCR Telecomunicações da Cidade do Rio S.A., que tem como objetivo a exploração de receitas acessórias de Serviços de Comunicação Multimídia (SCM), inclusive as atividades de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia ("Projeto Associado"), através da utilização de fibra óptica e demais atividades do Contrato de PPP autorizada através do OFÍCIO CDURP/DOP 049/2013 de 18 de abril de 2013.

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A TCR é uma companhia prestadora de serviços de telecomunicações licenciada pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel (“ANATEL”) e tem como objeto implantar, operar, manter e gerenciar a principal infraestrutura compartilhada de telecomunicações da AEIU criada pela Lei Complementar nº 101, de 23 de novembro de 2009 do Município do Rio de Janeiro. A TCR tem como clientes, exclusivamente, as operadoras licenciadas pela Anatel, que desejam prestar serviços de telecomunicações nessa região.

Os recursos necessários para conclusão dos compromissos já assumidos pela Companhia relacionados ao Projeto Associado e para manutenção das atividades operacionais serão financiados pelos acionistas e por terceiros. De acordo com as projeções da Administração da Companhia, os investimentos serão absorvidos pelas receitas de operações futuras e a situação de capital circulante negativo em 31 de dezembro de 2019 está em linha com o plano de negócios da Companhia.

30. Compromissos assumidos

Obrigações por arrendamentos operacionais

A Companhia e suas controladas mantêm compromissos decorrentes de contratos de arrendamento operacionais de imóveis em que estão localizadas algumas de suas controladas no exterior, bem como a sua sede administrativa no Brasil, e imóveis em que se localizam controladas no Brasil, os contratos não possuem cláusula de opção de compra ao término desse período, porém permitem renovações tempestivas de acordo com as condições de mercado em que eles são celebrados.

31. Transações não envolvendo caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, as quais não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos por controladas	-	111.913	4.964	-
Reversão (distribuição) de dividendos para controladoras	-	-	-	(40.231)
Ganho na variação no percentual de participação em investimento	-	-	-	127.024
Impostos de renda sobre aplicação financeira	(1.377)	971	(2.326)	2.053
Encargos financeiros capitalizados	-	3.513	36.724	68.135
Aquisição de ativo imobilizado - Leasing e Finame	-	(56.695)	(240)	(56.695)
Compensação parcelamentos federais - Lei 13.043/14	-	(117.896)	-	(156.261)
Adições aos investimentos	-	-	-	(71.636)
Adições ao intangível	-	-	(1.055)	20.830
Baixas ao intangível - Outorga e Ativo qualificável	-	-	-	50.998
Provisão para impairment de investimentos	-	-	-	1.140.707
Baixa de investimentos	-	604.492	-	604.492
Contas a receber de clientes	-	-	-	57.293
Aquisição de terrenos	-	-	-	165.449
Partes relacionadas	-	-	(41.444)	(44.929)
Baixa no direito de exploração	-	-	4.596	-
Baixa de empréstimos e financiamentos	-	-	(27.301)	96.958
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(12.006)	62.506
Integralizações e aquisições de investimentos	-	-	47.822	641.864
Obrigações por compra de imóveis e incorporações em andamento	-	-	22.854	96.958
Compensações de impostos	-	-	5.316	-

OAS S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. Eventos subsequentes

Recuperação Judicial – Grupo OAS

Em decisão judicial proferida no dia 03 de março de 2020, pela 1º Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi decretado o fim do processo de Recuperação Judicial do Grupo OAS.

O encerramento da Recuperação Judicial, cujo processamento foi iniciado em 1º de abril de 2015, ocorreu após serem consideradas cumpridas todas as obrigações vencidas no prazo de fiscalização, então em vigor.

A ampla reestruturação implementada culminou em expressiva redução da dívida da empresa, drástica redução de despesas, revisão e otimização dos processos internos e fortalecimento da área de Compliance.

Com isto, o grupo volta-se agora para a prospecção de novos negócios, utilizando-se da capacidade técnica existente e da excelência na prestação de seus serviços em engenharia, seja para clientes públicos ou privados.

COVID-19

A Companhia tem acompanhado atentamente os impactos do COVID-19 nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro onde atua. Dada a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 13 de março de 2020, até a presente data, não houve quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como as operações da Companhia.

Em atendimento ao ofício-Circular/CVM/SNC/nº 02/2020, quanto aos impactos advindos da pandemia COVID-19, a Administração da Companhia, tomou as seguintes atitudes: orientações aos colaboradores sobre ações de prevenção e exposição aos riscos, adoção de regime de trabalho remoto em atividades administrativas, suspensão de viagens corporativas e de reuniões presenciais, intensificação dos protocolos de limpeza dos escritórios e canteiros de obras, utilização de EPI's, além de atender rigorosamente a todas as medidas de acordo com as autoridades de saúde.

A obras estão operando normalmente. Sendo assim, A Administração da Companhia continua monitorando a situação e entende que não há necessidade de reconhecimento de quaisquer perdas em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

* * * * *